



MUNICÍPIO DE POMBAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 0004/AM/19, de 28/06/2019

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas quinze horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Manuel Sobreiro Ferreira, Maria Adelaide Pereira da Conceição, Edite Maria Pascoal da Silva, João Paulo Antunes dos Santos, Fátima Ferreira Gonçalves, Manuel António Rodrigues dos Santos, Rui Acácio Cruz da Silva Santos, Nicolle Lourenço, Edgar Jacinto Domingues, Felismino Carreira, Pedro Daniel Jordão Ferraz, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Aires da Conceição da Ponte, Manuel Freire Barros, Maria Fernanda Emiliano Pereira Domingos, Manuel Simões Rodrigues Marques, Elisabete Maria dos Santos Alves, Patrícia Inês dos Santos Carvalho, Joel Bouça Gomes, Manuel de Sousa Lopes da Mariana, Liliana Adelina Gonçalves Silva, Pedro Miguel Silva Pinto, Célia Margarida Narciso da Silva Cavalheiro, Sandra Cristina Costa Barros, Humberto Margarido Lopes, Pedro Manuel Neves da Silva, Gonçalo José Simões Ramos, José Manuel Pedrosa Marques, Manuel Virgílio Gaspar Lopes, Nelson da Silva Pereira, Pedro Alexandre A. Faustino Pimpão Santos, Paulo Manuel Lucas Duarte, Carlos José Mendes Santos, Ana Isabel Cardoso Tenente Gonçalves, a fim de apreciar os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 24/04/2019;

Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3. Intervenções na generalidade.

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais – Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio - Domínio da gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários, e da gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária;

Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro - Domínio da educação;

Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro - Domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro - Domínio da justiça;

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro - Domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento;

Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro - Domínio da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários;

Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril (nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e do serviço público de transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores);

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas do Município de Pombal - Ano económico de 2018;

Ponto 2.10. Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, sobre as Contas Consolidadas do Município de Pombal – Ano de 2018;

Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de autorização para reforço de dotações no PPI para os anos de 2020 e 2021 e criação de novo projecto;

Ponto 2.12. Apresentação do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. – 4.º Trimestre de 2018 e do Relatório de Prestação de Contas 2018 - Para conhecimento;

Ponto 2.13. Apresentação do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. – 1.º Trimestre de 2019 - Para conhecimento;

Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal com vista à sua adequação ao Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas;

Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Seixo e Emporão da Cidade de Pombal;

Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Pedido de declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal para a execução de uma Central Fotovoltaica a localizar em Alhais, freguesia de Carriço;

Ponto 2.17. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus e os Senhores Vereadores, Dra. Ana Cabral, Dr.ª Ana Gonçalves, Eng.º Pedro Murtinho, Dr. Pedro Brilhante, Eng.º Narciso Mota, Dr. Michael António, Dra. Anabela Neves e Dra. Odete Alves.

Presidiu à sessão Maria Fernanda Lopes Guardado Marques como Presidente e foram secretários Manuel Sobreiro Ferreira, como 1.º Secretário, e Maria Adelaide Pereira da Conceição, como 2.ª Secretária.



0004/AM/19, de 28-06-2019

MUNICÍPIO DE POMBAL

Posteriormente, procedeu-se à chamada, sendo que a **Senhora Presidente da Assembleia** informou ter recebido os seguintes pedidos de substituições, dos membros da Bancada do Partido Social Democrata:

De Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, respetivamente, João Pedro Abegão Matias, que acabou por ser substituído por Felismino Carreira;

De José Gomes Fernandes, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, António Pedro Batista Pedrosa, que acabou por ser substituído por André Filipe Tasqueiro, que foi substituído por Fátima Ferreira Gonçalves;

De João Coucelo, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, Nuno Carrasqueira, que acabou por ser substituído por Edite Maria Pascoal da Silva;

De Cláudia Sofia da Costa Duarte tendo sido chamado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir na lista, Maria da Conceição de Freitas Anastácio;

Da Bancada do Partido Socialista:

De Carlos António Gameiro Lopes, tendo sido chamado a substituí-lo a cidadã imediatamente a seguir na lista, Elisabete Maria dos Santos Alves;

De Célio Ferreira Fernandes, tendo sido chamado a substituí-lo Joel Bouça Gomes.

Da Bancada do CDS:

De Henrique Jorge Magalhães de Menezes Falcão, tendo sido chamado a substituí-lo a cidadã imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Liliana Adelina Gonçalves Silva;

De Ricardo Jorge Rodrigues Ferreira, tendo sido chamado a substituí-lo o cidadão imediatamente a seguir na lista, Pedro Miguel Silva Pinto;

Do Movimento NMPH:

De António José Cardoso Pires da Silva, tendo sido chamado a substituí-la a cidadã imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Vera Mónica Jesus Fernandes, que acabou por ser substituído por Aires da Conceição da Ponte;

De maria Virgínia Pinto Bonifácio Magalhães Leitão, tendo sido chamado a substituí-la a cidadã imediatamente a seguir na lista, respetivamente, Tânia Milene Carvalho Freire, que acabou por ser chamado a substituí-la Sílvio Pedrosa Ramos, que faltou;

Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Manuel Henriques Nogueira de Matos e Sílvio da Mota Santos pediram a justificação da falta.

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra como se transcreve:

“Começo por vos cumprimentar a todos, e um cumprimento especial para o público que se encontra ao fundo deste Salão Nobre, que representa uma comunidade, nomeadamente a comunidade do Lourical. Obrigada pela vossa presença. Espero que gostem daquilo que nós aqui vamos discutir. E assistir a uma Assembleia Municipal também é um ato de cidadania. Elas são abertas ao público; quando quiserem, estejam sempre presentes. Efetivamente, o que vos trouxe aqui, nós sabemos, é um ato que já vamos, efetivamente, dar a conhecer ao restante público.”

Ponto 1 – Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 24/04/2019.

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra como se transcreve:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Vamos, então, aprovar a ata da última sessão. Alguém tem alguma coisa a dizer acerca da ata? Não havendo inscrições, vamos passar à votação da ata da última reunião. Quem vota contra? Quem se abstém? A ata é aprovada por maioria, com duas (2) abstenções, certamente por não se terem encontrado presentes. Muito obrigada.”

Colocada a ata da sessão ordinária de 24 de abril de 2019 a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com duas abstenções, por ausência da respetiva sessão.

Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.

A **Presidente da Assembleia** passou a dar conhecimento do expediente recebido na Mesa, o qual se encontra disponível para consulta, fazendo a seguinte intervenção:

“Eu tenho pedido aos serviços de apoio a esta Assembleia que vos façam chegar toda a correspondência, para que tenham conhecimento, e depois queiram intervir, no caso de assim o entenderem.”

A **Presidente da Assembleia** tomou a palavra como se transcreve:

“E neste ponto, ia dizer-vos que chegou à Mesa uma moção intitulada “Valorizar a educação promovendo a coesão territorial”, que eu pedia ao seu subscritor – há aqui vários subscritores, bem entendido, porque é um assunto que diz respeito a todos nós – para apresentar a respetiva moção. Tem três minutos para apresentar a moção, e depois temos vinte minutos para a discutir, no caso de ela ser aceite por esta Assembleia. Peço ao Sr. Presidente da Junta do Louriçal que apresente a moção, ou então ao Manuel António. Faça favor.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, boa tarde a todos, caro Executivo, caros companheiros de Bancada e demais membros desta Assembleia, e ao público.

A Bancada do PSD faz chegar aqui uma moção que reflete a sua análise e a situação refletida daquilo que são os contratos de associação que este Governo tem estado a assinar para o ano letivo 2019/20, e que muito prejudicam os colégios que aqui estão no nosso concelho a exercer estas funções há muitos anos. E é nesse sentido que já posso adiantar que temos a concordância também da Bancada do PS para subscrever a nossa proposta de moção, embora sem constar o primeiro parágrafo, que aqui o meu Presidente da Junta do Louriçal vai ler, para todos termos conhecimento da sua redação.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Faça favor, Sr. Presidente José Manuel Marques.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Cumprimento a Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, caros colegas Presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, acima de tudo o público, e o público que hoje representa aqui a minha freguesia, ao qual muito agradeço por estar aqui em defesa daquilo que é do povo e ao povo pertence.

Passo aqui a descrever a moção que apresentamos:

“Moção – “Valorizar a educação promovendo a coesão territorial”

“Os eixos prioritários de intervenção para os próximos dez anos encontram-se vertidos na primeira revisão da Carta Educativa do Concelho de Pombal, já aprovada em Assembleia Municipal, e uma das primeiras a chegar à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Direção dos Serviços da Região Centro (DGEstE-DSRC). Entendemos que perante os atuais



MUNICÍPIO DE POMBAL

desafios de exigência de uma crescente diferenciação positiva ao nível das competências adquiridas pelos nossos alunos, seja em que patamar, vertente ou nível de educação for, deverão sempre ter em consideração a assumida cultura de valorização da excelência preconizada pelo nosso concelho.

Para além da iniciativa e estratégia autárquicas, reconhecemos que o salto qualitativo conseguido nos últimos anos na área da educação muito se deve ao esforço e dedicação dos corpos docentes e não docentes de todos os estabelecimentos de ensino existentes no concelho, sem esquecer ou menosprezar o papel desempenhado pelos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo aqui existentes e que aqui surgiram, fruto da dispersão territorial e heterogeneidade de realidades características do Concelho de Pombal.

Ao longo dos anos, a par com os estabelecimentos de ensino público, estas instituições ministraram ensino de qualidade e inculcaram dinamismo e competitividade a muitas iniciativas, nomeadamente de carácter científico, cultural, desportivo, tornando-se essenciais no garante da diversificação da oferta educativa local.

Considerando que:

- No aviso de abertura do procedimento para a celebração de contratos de associação, publicado em 15 de junho de 2018, se previa para o ano letivo 2019/20 o financiamento de duas turmas do 2.º ciclo do ensino básico, duas turmas do 3.º, e uma turma do ensino secundário para a área geográfica do Louriçal e Carriço;*
- No aviso de abertura de procedimento para a celebração de contratos de associação, publicado em 7 de junho de 2019, o número máximo de turmas a financiar no mesmo ano letivo baixou para uma turma do 2.º, uma turma do 3.º, e para uma turma do ensino secundário;*
- A discrepância verificada entre a previsão assumida em 2018 e os limites agora definidos defrauda as legítimas expectativas criadas na comunidade das freguesias abrangidas, em particular da comunidade escolar mais diretamente afetada;*
- As entidades públicas locais e centrais devem pugnar pela criação de soluções ajustadas às realidades dos territórios, levando em linha de conta as especificidades territoriais, os possíveis impactos económicos e sociais e, acima de tudo, o acesso equitativo à educação;*
- O Instituto D. João V tem, durante décadas, prestado um inegável serviço público, colmatando a falta de oferta estatal no território e assumindo-se como um polo mobilizador da comunidade, extravasando em muito a dimensão escolar, e desempenhando relevantes papéis na promoção cultural e desportiva na Freguesia do Louriçal e localidades limítrofes;*
- A redução do número de turmas neste estabelecimento, além das repercussões que possa ter na viabilidade do seu funcionamento, afetaria inevitavelmente a dinâmica económica e social local, mas impactaria especialmente de forma negativa na vida escolar e familiar dos alunos que deixarão de ter oportunidade de o frequentar;*
- O aumento do número de alunos nas escolas públicas repercutir-se-á inevitavelmente na elaboração dos horários escolares, aumentando o tempo de permanência dos alunos na escola e prejudicando a prática de outras atividades e/ou permanência junto da sua família;*
- Não se conhece razão educacional, social, territorial, económico ou outra que justifique a redução do número de turmas a financiar;*

A Assembleia Municipal de Pombal, reunida a 28 de junho de 2019, ao abrigo do art.º 25.º do n.º 2 da alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

1. Solicitar ao Ministério da Educação a reapreciação do número de turmas a financiar na área territorial do Louriçal e Carriço, ajustando-o à previsão que constava do aviso de abertura de procedimento para a celebração de contratos de associação publicado em 15 de junho de 2018;



MUNICÍPIO DE POMBAL

2. *Recomendar ao Ministério da Educação e ao Governo uma reflexão profunda sobre os impactos territoriais causados pela diminuição generalizada das turmas a financiar nos estabelecimentos escolares com contrato de associação, e uma ponderação séria sobre o pesado custo social e económico e eventual benefício que daí possa advir;*

3. *Manifestar à comunidade escolar e à comunidade dos territórios afetados em geral a completa solidariedade e incondicional apoio da Assembleia Municipal para a manutenção do serviço público prestado pelas escolas com contrato de associação;*

4. *Que da moção se dê conhecimento ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, às Assembleias Municipais de Portugal, aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Associação Nacional de Freguesias.*

Pombal, 28 de junho de 2019.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente.

Só para corrigir aqui um pequeno lapso: onde se diz “A Assembleia Municipal de Pombal, reunida a 26 de junho”, passa a ser “28”. Naturalmente, emendam este ponto.

Quem é que quer intervir neste ponto? Sra. Deputada Ofélia Moleiro, tem a palavra, e depois a Sra. Deputada Patrícia Carvalho.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Boa tarde, Sra. Presidente, Srs. Secretários da Mesa, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, caros colegas deputados municipais de todas as Bancadas, queridos conterrâneos do Louriçal, comunicação social.

Nós só tivemos conhecimento desta situação agora por esta moção, não estávamos a par desta situação, no que diz respeito à Bancada do Pombal Humano – pelo menos eu não estava, e penso que os meus colegas aqui presentes também não estavam. Eu sou uma testemunha de como é importante este colégio, esta instituição de ensino, no Louriçal. Lecionei lá durante muitos anos, várias cadeiras de economia, contabilidade, relações públicas, etc., e foram muitas as atividades de interação com a população durante os anos que lá estive, e sei que antes também, e sei que depois também. E sei, pela minha própria visão e experiência, como a economia e a sociedade do Louriçal, e a cultura do Louriçal, são alavancadas pela instituição Instituto D. João V. É certo que a Legislação veio regulamentar estes contratos com as instituições de ensino privado, e nesse contexto, reduziu turmas em todo o país – e já aqui tivemos o caso também de Albergaria dos Doze, que aqui nos foi trazido também por encarregados de educação e pelo seu Diretor (do colégio). Portanto, já tivemos também esse caso aqui. Só que aqui trata-se ainda de um fenómeno pior, eu diria que é má fé do Governo para com o nosso concelho, porque se, como foi lido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal, no aviso de abertura de procedimento para celebrar os contratos de associação para o ano letivo 2019/20 o financiamento era para duas turmas do 2.º ciclo, duas turmas do 3.º ciclo e uma turma de ensino secundário, para o Louriçal e Carriço (para a área geográfica), vem agora o aviso de abertura concretizar a diminuição de turmas. E isto, quanto a mim, é má fé do Governo; é preciso cortar, cortar, cortar, porque aquele número que vai para a Europa tem que levar o Ministro Centeno não sei a que lugar da Europa, mas um, com certeza, maior do que o que tem agora. E portanto, as populações sofrem com estes cortes, sofrem. E os pais, os encarregados de educação e os alunos, sobretudo, que são o objeto do ensino, sofrem ainda mais, porque eles estavam integrados, a integração naquele Instituto é uma integração integral na sociedade – tem a parte cultural, além da parte letiva, tem uma parte de interação com a Vila do Louriçal e com toda a freguesia que é de enorme importância para a sua formação como cidadãos do Concelho de Pombal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, perante isto, e porque concordamos com tudo o que está explanado aqui pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia e pelos proponentes desta proposta, a minha Bancada só se pode solidarizar com esta moção apresentada agora pelo Sr. Presidente da Junta. Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada Ofélia Moleiro.

Os senhores têm razão, porque eu, no início, não informei, mas os aplausos na Assembleia Municipal não são permitidos. Mas, pronto, os senhores não sabiam.

Sra. Deputada Patrícia Carvalho, se faz favor.”

Patrícia Carvalho (PS):

“Muito boa tarde a todos, Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Executivo, caros colegas das diversas Bancadas, caro público, Louriçalenses.

Eu gostaria de fazer aqui um enquadramento também acerca desta proposta que foi aqui apresentada. Esta Bancada do Partido Socialista também tinha preparada uma proposta, que acabámos por fundir numa só, uma vez que tinha exatamente o mesmo propósito e o mesmo objetivo. Antes de avançar mais, eu gostaria também de deixar aqui registada a minha declaração de interesse, uma vez que desde setembro de 2018 que desempenho funções enquanto Diretora Pedagógica do Instituto D. João V, e portanto, penso que o que faz mais sentido é que depois – não pretendo votar esta proposta, pretendo ausentar-me na altura da votação, se me permitir.

Mas, gostaria de dizer o seguinte: no passado dia 7 de junho foi publicado o aviso de abertura de procedimento para a celebração de contratos de associação para o ciclo de ensino 2019/20 – 2021/22. Foi com pesar que verificámos que o número de turmas a concurso para o quinto e sétimo ano nas localidades do Louriçal e Carriço, área geográfica de implantação da oferta onde se insere o Instituto D. João V, fica aquém das necessidades da região, colocando em causa a estabilidade das famílias e fragilizando ainda mais a já fraca economia local.

A situação mais delicada é a dos alunos atualmente no sexto ano de escolaridade. No ano letivo ainda em curso, encontram-se em funcionamento nesta escola três turmas de sexto ano. No entanto, de acordo com o Anexo I do aviso de abertura de procedimento para a celebração de contratos de associação, apenas estará a concurso uma turma de sétimo ano para o próximo ano letivo, significando isto que a escola terá de impedir a continuidade dos alunos de duas das três turmas que tem. O cenário complica-se ainda mais quando ao aplicarmos as prioridades da matrícula e renovação da matrícula previstas no despacho normativo n.º 6/2018, verificamos que os alunos que residem a escassos metros da escola poderão não ter lugar na mesma, sendo obrigados a uma mudança drástica de ambiente escolar e uma rutura dos seus elos sociais e afetivos.

Esta Assembleia foi eleita pelas pessoas, pelos Pombalenses, e é nossa obrigação a defesa do seu superior interesse. E é por isso também que, à semelhança do que aconteceu no ano passado aqui, com Albergaria, também com o Instituto D. João V, que já tinha visto cortada uma turma de sétimo ano, à qual deu continuidade com todo o esforço, esta Bancada do Partido Socialista está neste momento solidária com os Louriçalenses e com o Instituto D. João V. É inadmissível que o Ministério da Educação, contrariando até as orientações enviadas e propostas pelos serviços regionais, que permitiriam a manutenção das turmas que já existem e o acolhimento total dos alunos da sua área geográfica, queira impedir essa continuidade, fazendo com que, por exemplo, alunos do sexto ano não tenham lugar na escola que os tem acolhido na sua própria terra.

Pessoalmente, enquanto Louriçalense, tenho a noção de que esta medida é cruel para o território, para as famílias, para a estabilidade social, para a economia local. Trata-se de uma



MUNICÍPIO DE POMBAL

ação que consideramos errada, uma ação que gera empobrecimento das famílias e da sua qualidade de vida, uma ação com consequências desastrosas na coesão social e que irá, a curto prazo, ter um impacto negativo neste território, desagregando comunidades e convidando à migração para zonas urbanas. O Louriçal ainda tem sangue nas veias, ainda tem muitas famílias jovens que querem lá residir, e isto será um convite à sua não fixação.

Acreditamos que a política deve ser o exercício do bom senso, e estamos focados na utilidade pública desta escola, e é por isso que neste momento, e perante esta situação, não poderemos deixar de estar ao lado dos Louriçalenses e votar a favor desta proposta. Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Não esquecer que temos apenas vinte minutos para discutir esta moção, e já só nos faltam sete minutos. Faça favor.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Aproveito o momento para, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes, muito em particular a população do Louriçal aqui presente.

Eu não me vou alongar muito no meu comentário, até porque, quer a Patrícia, quer a Dra. Ofélia, fizeram aqui uma radiografia perfeita da situação que estamos aqui a discutir. Queria só reforçar que, de facto, o CDS já aqui subscreveu outra moção, no caso de Albergaria, e também do Instituto, na época, e de acordo com o roteiro que nós fizemos pelos vários colégios, foi uma preocupação que nós trouxemos de lá, e enfim, as nossas suspeitas, de facto, confirmaram-se, infelizmente. E queria apenas reforçar a importância do colégio no contexto do território local, que é absolutamente essencial para a sobrevivência do Louriçal.

Era só isso, muito obrigado. E naturalmente que o CDS subscreve também a moção.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Presidente Humberto Lopes, se faz favor.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente. Na sua pessoa, cumprimento toda a Mesa, o Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, colegas.

Eu aqui também faço uma declaração de interesses como a Patrícia: eu fui daqueles alunos que foram inaugurar o Instituto D. João V, há uns anos atrás, e fiz lá do quinto ao décimo segundo ano. Na altura, fui obrigado, quando mudaram a área geográfica da Freguesia de Almagreira e colocaram-na sob dependência do Instituto, e ainda bem que o fizeram, na altura. Ainda bem, porque posso testemunhar, faço um testemunho pessoal em que, na minha opinião, o Instituto, nestes últimos anos – e a história assim o dirá – tem sido uma escola de saberes, como já aqui foi dito, e no fundo, era uma família, e é uma família para quem esteve lá, entre alunos, funcionários e professores.

Eu aqui, na qualidade de Presidente de Junta, e de uma freguesia que também está a ser prejudicada porque tenho lugares que neste momento ficam prejudicados porque já estão a ser obrigados a trazer os alunos para a cidade – depois, é um assunto que vou trazer a seguir, que são os transportes. Aqui neste ponto, só queria também mostrar a minha solidariedade, em termos da Freguesia de Almagreira, com o Instituto e com a Freguesia do Louriçal. Como é óbvio, o Instituto não serve apenas a Freguesia do Louriçal, não serve também só o Carriço, e quem toma esta decisão no Terreiro do Paço não conhece, realmente, a realidade local.

Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Estamos, então, esclarecidos. Devo dizer-vos que, neste caso, as moções, cada força política intervém apenas uma vez. O tempo está esgotado. É sobre este tema? Então, faça favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Boa tarde a todos os deputados presentes, vereadores e restantes pessoas, e a quem está a assistir.

É um assunto obviamente penoso para a gente do Louriçal, todos nós sabemos que quando fecham colégios a localidade perde, mas também sabemos que isso aconteceu, se calhar, por ter havido excessos. Eu vi no que foi apresentado que foram retiradas duas turmas. Eu queria perguntar a todos quantas barras de ouro é que custam duas turmas, porque não podemos fingir que não aconteceu nada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sra. Deputada Célia Cavalheiro, ouça-me, esse tema não é para aqui chamado. Eu deixava acabar de falar a Sra. Deputada, mas a senhora enveredou por um caminho, que não é esse que queremos. Se quiser acabar a sua intervenção naquilo que nos trouxe aqui, eu permito-lhe que o faça. Muito obrigada, Sra. Deputada.

Caríssimos Louriçalenses, o Presidente da Câmara também quer intervir. É isso, Sr. Presidente? Faça favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Bem, muito boa tarde a todos, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, caros membros da Assembleia, da Mesa, e caro público que está presente.

Apesar de ser um tema e uma moção que é decidida em sede de Assembleia Municipal, este também já foi um tema que foi abordado na última reunião de Câmara, e de facto, percebe-se alguma da argumentação que aqui acabámos de ouvir porque, de facto, há Partidos que são aqueles que se podem assumir como os únicos responsáveis por terem assaltantes de bancos nas sua fileiras. E portanto, eles falam com uma propriedade especial quando se referem a estas coisas.

Este assunto, caros amigos, toca nas opções políticas que o país está a seguir. Toca, não nos maus comportamentos que têm que ser sempre criminalmente sancionados, mas toca nos modelos de desenvolvimento que o país está a seguir, toca nas opções políticas que foram tomadas, e toca naquilo que é a leitura de gente que não faz a mínima ideia do que é o país, e que o está a governar, e que nos está a castigar. Eu escrevi ao Sr. Presidente da República, nós não podemos dar só o ombro porque morreu alguém no fogo; estes problemas consomem-nos todos os dias, e nós não precisamos de ter o nosso território ardido para sentir que ele está a ser queimado. E é isso que nos estão a fazer, devagarinho, e nós sabemos quem são essas pessoas que têm muita facilidade em confundir as questões criminais com as questões políticas. Ao tribunal o que é judicial; à política o que é da política. E o que aqui estamos a perceber, por unanimidade nesta Assembleia, exceto uma pessoa, é que, de facto, isto condena os territórios, precipita o despovoamento, empobrece-nos, divide-nos, tira-nos riqueza, tira-nos esperança, e não há ninguém que queira ir para lugares onde isto tudo deixou de existir. E esta é a nossa luta. Esta é a nossa luta. E se o país hoje tem esse superávit que é anunciado orgulhosamente, e reduz a sua dívida, eu pergunto para que é que isso serve se continuamos a empobrecer-nos, fazendo aquilo que se está a fazer. Qual é o interesse de ter essas contas feitas desta maneira, quando nem nas alturas piores isso aconteceu em Portugal, quando tivemos todos que apertar o cinto, e todos tivemos que o fazer. Não, é uma questão ideológica, é a mesma questão ideológica que permite à Sra. Secretária de Estado ter os filhos nos colégios privados, porque pode pagar, mas é a prova de que não confia no ensino público, por isso é que tem os filhos nos colégios privados. E é esta dualidade de critérios que hoje ideologicamente está presente nas escolhas – e por isso, desde



MUNICÍPIO DE POMBAL

que escrevi a carta à Sra. Secretária de Estado para ser ouvido passaram dezassete dias, fizemos quinze chamadas, e ainda não consegui marcar uma reunião. Alguém consegue perceber as razões que justificam esta opção? Sim, porque isto é uma opção. Isto é uma opção.

Vamos admitir até que todas as escolas do Concelho de Pombal que são públicas admitiam o número de alunos todos que existem nos colégios privados. O que é que é mais importante? É a proximidade? É o apoio da família? É o tempo de deslocação de casa à escola? É a coesão territorial? É o fator de desenvolvimento que isso constitui para os territórios? Ninguém tem dúvida. Quem pensar que os efeitos destas decisões ficam dentro da escola, ficam circunscritos às duas turmas por cada ano que vai acontecer, e que dos portões da escola para fora não tem repercussão, não faz a mínima ideia do que isto é, não faz a mínima ideia de como é que o país funciona, não faz a mínima ideia de como é que os territórios estão organizados. E é isto que nós temos; é isto que nós temos.

E portanto, já houve vários episódios, percebemos que esta matéria, admito que mesmo dentro do Governo não seja pacífica, e por isso eu acho que tem que haver aqui uma intervenção diferente. E saúdo a Assembleia, por estas observações de remeter para os Grupos Parlamentares, para o Sr. Presidente da República, para a Associação Nacional de Municípios, para a Associação Nacional de Freguesias, porque o nosso país, o nosso país verdadeiro, onde as pessoas vivem e pagam impostos, e recebem menos do Estado do que aquilo que lhes dá, e nós somos desses, porque pagamos portagens, em Lisboa não se pagam, porque pagamos os transportes públicos, e em Lisboa não se pagam, porque não temos comboios, e em Lisboa têm, essa é a grande diferença. E esta é a nossa luta; esta é a nossa luta, e ainda bem que a Assembleia está aqui coesa, porque vamos ver quais são as cenas dos capítulos.

A Câmara Municipal vai usar os meios que tem à sua disposição. Nesta primeira fase, a primeira coisa que queremos fazer, evidentemente, é conhecer o fundamento. Vamos conhecer o fundamento, e por isso eu pedi a reunião. A seguir, depois de o conhecer, temos que o discutir e temos que ponderar, perceber quais são as razões, de facto, que existam. Depois, vamos ver se essas razões são atendíveis ou não são atendíveis, e se me vierem com as conversas apenas da questão financeira, eu não estou convencido, e creio que aqui nesta sala, e fora desta sala, muita gente não está convencida. Nós não podemos ter aqueles que há quatro anos atrás diziam que havia mais vida para além da troika, e que se agarravam aos cartazes, e vinham para a rua fazer manifestações, hoje sejam aqueles que têm as responsabilidades e que digam: “Não senhor, não pode existir isso, porque há coisas muito mais importantes do que a vida das pessoas, do que os territórios, do que a proximidade das famílias e o sucesso escolar das crianças.” Isso é que está mal, e é essa inversão de prioridades que muda tudo isto. Esta é a questão principal, não são os crimes, não são os exageros, não são os grupos; tem a ver com a política. E é muito fácil tentar lançar a cortina de fumo sobre os maus comportamentos, ou suspeitas que possam existir sobre aquilo que são as razões de facto, porque, então, se essas eram as dívidas, encerrava-se tudo. Encerrava-se tudo. Se se reconhece que não há idoneidade, encerre-se. Não foi nada disso que foi feito. Portanto, não venhamos aqui com falácias, com justificativos que não são mais do que meras cortinas de fumo para nos tentar desviar daquilo que é a matéria importante. Nós estamos a ficar mais pobres, nós estamos a ficar abandonados, nós estamos a ficar sem recursos, nós estamos a tirar a esperança às pessoas. E aqueles que diziam: “Veja-se lá como é que, de repente, se mandam os portugueses para fora do país”, são aqueles que estão a dizer assim: “Não, você não precisa sair do país, mas saia da sua terra”, que é muito pior. “Saia da sua terra”, que é muito pior. E esta é uma luta em que não nos podemos vergar, não nos podemos ficar por resignações e por conversas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E portanto, ainda bem que cá vieram. Eu não devo fazer exortações às manifestações, nem à desordem pública, mas as pessoas têm o direito, como dizia o Presidente Mário Soares, a indignar-se. E devemos todos indignar-nos, porque essa é a nossa razão, e no nosso caso aqui da Assembleia Municipal, é o nosso dever. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos, então, passar à votação desta moção. Quem vota contra esta moção aqui hoje apresentada? Quem se abstém? Então, a moção foi aprovada por maioria, com um (1) voto contra, da Sra. Deputada Célia Cavalheiro.

A Assembleia deliberou, por maioria com um voto contra da Deputada do Bloco de Esquerda, aprovar a moção apresentada;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Vamos prosseguir. Deu também entrada um voto de protesto apresentado pela Sra. Deputada Célia Cavalheiro. Faça favor de o ler, tem três minutos para o ler, e depois vamos ver se ele é, ou não, admitido para discussão. Faça favor, pode usar da palavra, pode apresentar.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Apresento um voto de protesto pelo estado de abandono em que se encontram as matas litorais do nosso país. O Governo publicou um despacho onde se previa que após o fogo, no prazo de quatro meses, seria produzido um programa de intervenção, com medidas de recuperação de curto, médio e longo prazo, das matas litorais ardidas. Até hoje, esse plano é desconhecido.

No Concelho de Pombal, importa essencialmente a Mata Nacional do Urso, que ardeu em cinquenta e quatro por cento (54%). Mas, aqui ao lado, temos as matas de Pedrógão e Leiria, que arderam em cerca de noventa por cento (90%).

Foi criada uma comissão científica do programa de recuperação das matas litorais, que produziu um relatório com uma série de sugestões técnicas e metodologias para a construção de um programa de recuperação. Quem leu esses documentos percebe que não se trata de um programa de recuperação, mas apenas de um conjunto de sugestões muito válidas, embora por vezes contraditórias, em função dos capítulos e respetivos autores. Se lermos também o parecer emitido pelo Observatório do Pinhal do Rei, nas suas críticas podemos dar conta desta situação e de várias fragilidades e potencialidades do relatório produzido. É curioso que um dos capítulos deste relatório aponta para a necessidade de capacitar e promover a participação cívica no planeamento da reconstrução, mas até hoje a informação disponível é bastante escassa. Um programa de recuperação deve ter prazos estabelecidos, com metas concretas, metodologias definidas e com a identificação dos meios a utilizar para a concretização. Até hoje, esse plano é desconhecido.

A Mata Nacional do Urso tem seis mil hectares, e a de Pedrógão mil e oitocentos. Segundo a informação publicada esta semana pela Região de Leiria, proveniente do ICNF, até 2021 cinquenta e sete talhões vão receber ações de reflorestação, num total de mil e oitenta e três hectares. Sobre os restantes seis mil e setecentos, não se sabe de nada. Segundo o ICNF, a venda da madeira ardida destas duas matas estava avaliada, em outubro, em três milhões de euros (3.000.000€), mas não se sabe para onde vai este dinheiro. A Mata Nacional de Leiria tinha a madeira ardida avaliada em onze milhões e meio de euros (11.500.000€), e o Secretário de Estado da Floresta anunciou que esta mata vai ter um investimento em reflorestação apenas de



MUNICÍPIO DE POMBAL

dois milhões (2.000.000€) até 2022, para reflorestar mil e quinhentos hectares. Sobre os restantes oito mil e quinhentos que arderam, nada se sabe.

Se percorrermos as áreas das matas nacionais que não arderam no Concelho de Pombal e concelhos vizinhos, constatamos facilmente que também estas estão com os trabalhos de gestão florestal todos em atraso. Esta situação já levou à demissão de um especialista do Observatório do Pinhal do Rei, na semana passada.

A Assembleia Municipal de Pombal, reunida a 28 de junho, apresenta, assim, o seu voto de protesto pelo estado de abandono em que caíram as matas nacionais, que são de propriedade e gestão públicas, a cargo do ICNF.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada.”

Então, quem vota favoravelmente a admissão deste voto de protesto para ser discutido? Um (1) voto favorável. Quem se abstém? Treze (13) abstenções. O voto de protesto foi recusado.

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, continuou:

“Vamos, então, continuar. Vamos agora entrar nas Intervenções na generalidade (Ponto n.º 1.3). Vamos aceitar as inscrições. Quem se quer inscrever para fazer intervenções no período de antes da ordem do dia? Neste momento, eu vou ler os nomes que nós aqui registámos: Fernanda Domingues, Manuel Barros, Pedro Pinto, Manuel António, José Manuel Marques, Liliana Silva, Rui Acácio, João Santos, Célia Cavalheiro, Elisabete Alves, Conceição Anastácio, Gonçalo Ramos, Humberto Lopes. Falhou alguém? Então, aguardamos um bocadinho para fazermos a distribuição dos tempos, para começarmos depois as nossas intervenções. Quem é que se inscreve mais, que queira intervir neste ponto? Nicolle Lourenço, Pedro Pimpão. São quinze inscrições.

Então, neste momento, temos oito elementos inscritos do PSD, um elemento do PS, três do Movimento Pombal Humano, dois do CDS, e um do Bloco. A distribuição de tempos é: três minutos e meio por cada deputado do PSD, nove minutos para o PS, três minutos e meio para os três deputados do Pombal Humano, três minutos para os deputados do CDS, e quatro minutos para a deputada do Bloco de Esquerda.

Pode começar a Sra. Deputada Fernanda Domingues, se faz favor.”

Maria Fernanda Domingues (NMPH):

“Muito boa tarde aos presentes.

Eu decidi fazer uma troca, primeiro vai falar o meu colega José Barros, e a seguir falarei eu. Poderá ser?”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Troca aceite. Sr. Deputado Manuel Barros, se faz favor.”

Manuel Barros (NMPH):

“Muito obrigado. Apresento a V. Exa., Sra. Presidente, os meus cumprimentos, extensivos à Mesa, aos Srs. Membros do Executivo, às Sras. e Srs. Deputados.

Eu vou fazer aqui uma abordagem de um tema muito atual, que é sobre a corrupção. Mas, quero dizer desde já, à cabeça, e salientar que, felizmente, no nosso Município não há notícia de qualquer incidência deste fenómeno, pelo que todos nos devemos congratular. Mas, a verdade é que ainda hoje ouvi na rádio a ex-Procuradora Geral da República referir que desde a Administração Central à Local, estão instaladas redes de compadrio e de corrupção, e outras em instalação – ela lá sabe o que dizia. As redes sociais estão cheias de denúncias e comentários sobre corrupção, e o pior de tudo é que se vai associando o fenómeno da corrupção aos políticos e à democracia, e isso é uma grande falsidade. Eu vivi grande parte da minha vida, infelizmente, no regime anterior, que o mínimo que se pode dizer é que era um regime autoritário, onde vigorava o Partido único, a verdade única oficial e a censura. Lembro-me que também nesse



Adelino
Adelino

MUNICÍPIO DE POMBAL

tempo se falava de corrupção e de corruptela – a corrupção passava-se nos níveis mais elevados, e a corruptela assolava as bases mais populares. Ninguém conseguiria nada nesse tempo sem, como se dizia na época, untar as mãos àquele que lhe deveria resolver o problema.

Ora, acontece que nesse tempo não se falava de corrupção, pela simples circunstância de que havia censura e os média nada diziam sobre corrupção, e não havia redes sociais. Ora, hoje há liberdade de expressão e há também, muitas vezes, abuso da liberdade de expressão. O que nós não podemos é permitir que os demagogos e populistas, inimigos da democracia, passem a ideia – e hoje têm abundantes recursos para o fazer – de que a corrupção é um fenómeno da democracia, e que os políticos são todos iguais. Sabemos que assim não é. Mas, temos que fazer um combate, todos, independentemente da nossa ideologia, do nosso Partido; se somos democratas, temos que urgentemente trabalhar no sentido de combater este flagelo.

Em meu modesto entender, naturalmente, a corrupção sempre existiu, continua a existir, e existirá enquanto existirem seres humanos. O fenómeno da corrupção já vem abordado na Bíblia, e ao longo da história, em imensas publicações. Portanto, enquanto houver seres humanos, haverá corrupção. E mesmo dos seres humanos que são políticos, não são todos iguais. E portanto, todos devemos combater este fenómeno. E a corrupção e a fraude são um perigo enorme para a democracia e para os cidadãos em geral, que urge combater sem tréguas. Este combate é uma tarefa essencial e permanente de todos os democratas, independentemente da ideologia e Partido. A corrupção tem fortes impactos na instabilidade política e social, desigualdade geral, nomeadamente fiscal, estreitamento da base fiscal, pobreza, serviços públicos caros e escassos, má despesa pública, desconfiança na sociedade e nas instituições.

Há duas formas fundamentais de combate: a prevenção e a repressão. Ao nível da prevenção, ela deve começar desde logo na forma como se fazem as Leis e os regulamentos, e também tomando – enfim, como já existe, foi instituído o Conselho da Prevenção da Corrupção, foram instituídos os chamados Planos de Combate e Prevenção da Corrupção, o nosso Município também tem esse plano, anualmente fornece-nos os relatórios de acompanhamento da execução desse plano. Naturalmente que isso é importante, mas não basta. Ao nível legislativo, muito está por fazer.

Outra forma de combater a corrupção é a repressão. E cada vez mais nós temos mais notícias da investigação da corrupção. Isso é bom, isso significa que as instituições estão a funcionar e está a haver combate pela via da repressão.

Mas, no plano ainda da prevenção, há algo que importa fazer, para além dos planos. Por exemplo, estas Assembleias, as Assembleias Municipais, foram institucionalizadas ainda na década de setenta, com pequenas alterações ao longo do tempo. Mas, creio que hoje em dia elas não estarão devidamente institucionalizadas para combater também a corrupção, porque o combate à corrupção passa pela aproximação entre os representantes dos munícipes e os próprios munícipes. E portanto, esta Assembleia, tal como está institucionalizada – e a culpa não é dela; é da Legislação que temos – tem pouca capacidade de intervenção. Note-se, uma Assembleia não tem poder de iniciativa, limita-se aqui a aprovar ou não aprovar, a rejeitar ou não rejeitar, as propostas que lhe chegam. E eu penso que deveria também haver iniciativa, assim como devíamos ter mais reuniões do que as ordinárias que estão programadas, e devíamos ter reuniões, no mínimo, talvez mensais, para diálogo entre os representantes dos munícipes e o Executivo, e dessa forma, inclusive, penso eu que o próprio Regimento da Assembleia, que está na nossa mão, deveria ser revisto e, colmatando a falha de a Legislação não estar ainda atualizada, podermos agilizar o mais possível esse funcionamento.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sem querer interromper o seu raciocínio, só lhe queria dizer: o senhor quer usar o seu tempo sozinho, mas tem mais dois inscritos.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Manuel Barros (NMPH):

“Eu estou a terminar. Gostaria só de deixar este repto à Sra. Presidente, de convocar a curto prazo uma reunião desta Assembleia para debatermos estas temáticas. E deixava também – aliás, já lhe falei pessoalmente – uma sugestão, de convidarmos o Secretário do Conselho para a Prevenção da Corrupção, que teria muito gosto em vir fazer uma palestra na próxima Assembleia, se assim for do vosso entendimento. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado, agradeço o seu repto. Naturalmente que vamos ver o que pode ser feito. Mas, se me garantisse que a corrupção acabava com isso, eu dir-lhe-ia já “marque a reunião”.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Presidente, hoje o CDS quer dar os parabéns ao desporto de Pombal – dar os parabéns, não na pessoa do Município, mas na pessoa dos privados e particulares que abnegadamente continuam a dar de si e a levar o nome de Pombal a todo o território nacional, mas também internacional, pelo mundo fora. São exemplos disso as recentes iniciativas levadas a cabo com o evento “Pombal Cup” e o mundial de jorkyball, com uma participação significativa da população, quer residente, quer proveniente de outros pontos do país, e não só.

Também registamos com agrado os resultados que atletas Pombalenses têm alcançado nas mais diversas provas e modalidades existentes, que merecem da nossa parte todo o apreço e regozijo.

Impõe-se desta forma saber se o Município acompanha este nosso contentamento, e se entende que Pombal finalmente merece um complexo desportivo de alto rendimento, devidamente abrangente, preparado para albergar um conjunto significativo de modalidades, quer coletivas, quer individuais, para além do karaté, que pouco ou nada se sabe sobre este.

Por outro lado, Sr. Presidente, sendo o Concelho de Pombal um concelho do Distrito de Leiria com uma das maiores manchas florestais da região, com um Município que se diz preocupado com a floresta, e como pode verificar pela capa deste jornal, datado de 31 de maio, é um desígnio nacional e até uma oportunidade a criação de centrais de biomassa para o aproveitamento dos sobrantes florestais. Como certamente sabe, fruto do trabalho de gestão das faixas de combustível, bem como o próprio abate de árvores por parte dos privados, existem hoje espalhados no nosso território um conjunto significativo de amontoados que, de forma clara, representam uma ameaça para a floresta não abatida, e conseqüentemente para as suas populações, pelas razões que todos conhecemos. Para quem promoveu uma OPA Florestal, não lhe parece que esta situação merece outro tipo de atenção da sua parte? O CDS já lhe propôs, no passado, e reafirma que a proposta não só se mantém atual, não só porque resolve um conjunto de problemas aliados à segurança do território e das suas populações, mas porque se apresenta como uma mais valia em termos económicos, pela assertividade e pertinência que tal medida apresenta. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, há pouco, como só tínhamos vinte minutos para falar sobre a moção e esta questão dos contratos de associação e de educação no concelho, é uma questão premente, queria aqui só deixar o apontamento de que é importante que neste assunto da educação, e também noutra como é a saúde, é importante – e dou essa nota – que, começando por lamentar a posição do Bloco de Esquerda, que claramente mostrou aquilo que é – ou seja, é esta a forma de estar do



MUNICÍPIO DE POMBAL

Bloco de Esquerda; não está em questão a pessoa, mas está em questão a posição político-partidária de um Partido que é radical, e não é só aqui, tem-no sido, e isso é prova inequívoca, esta posição clarifica isso – dar aqui nota de que termos chegado a este acordo conjunto da Bancada do Pombal Humano, do CDS e do PSD, com o PS, para uma moção, é importante para que as posições no futuro, de áreas tão importantes para a população – desta vez é o Louriçal, anteriormente Albergaria, e outros territórios como a Redinha, e também como as Meirinhas, que também tinham – no caso da Redinha tinha, e nas Meirinhas continua a ter – contratos de financiamento em contrato de associação, são situações que continuarão a ser questionáveis, e que merecem a atenção contínua deste Executivo e desta Assembleia, porque muitas vezes isto é visto sem perceber a dimensão do Concelho de Pombal. O Concelho de Pombal é quase do tamanho da Ilha da Madeira, e visto de Lisboa, não se tem essa noção. Somos o maior concelho do Distrito de Leiria, é uma área geográfica imensa. E isso não beneficia na área da educação, e eu posso-vos dizer que isto não beneficia o ensino público. Ao contrário do que muitos podem pensar, não traz benefício ao ensino público, por isso o ensino público está subfinanciado, está num sobreesforço, porque anda, realmente, a tapar, como todos os serviços públicos neste país, andam a tapar o sol com a peneira, com aquilo que tem sido o desmande desta Governação. Tenho dito.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Fernanda Domingues. O Sr. Presidente da Junta da Guia, Ilha e Mata Mourisca prescindiu neste ponto. Sra. Deputada Fernanda Domingues, tem a palavra.”

Maria Fernanda Domingues (NMPH):

“Muito boa tarde. Apresento os meus cumprimentos a todos os presentes.

Prometo ser breve nesta intervenção, visto que são cognoscíveis e notórias, tanto em outdoors, como no próprio site do Município, as campanhas de prevenção contra os incêndios florestais que têm sido levadas a cabo. Apenas venho solicitar os seguintes esclarecimentos:

1. Se o Município de Pombal tem tido conhecimento dos resultados das ações de prevenção e fiscalização, em parceria com a GNR, ao abrigo do Decreto-lei n.º 113/2008.

2. Se nas ações de formação levadas a cabo pelo Município e freguesias do concelho houve interesse e adesão por parte da população.

Em último lugar, e partindo do pressuposto de que a maioria dos incêndios é de mão criminosa, será que o Município pondera o uso de drones e de outros dispositivos de videovigilância, de modo a poder identificar os autores de tais crimes e levá-los à justiça?

Tenho dito. Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente José Manuel Marques.”

José Manuel Marques (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Presidente da Câmara, este tempo que vou utilizar com certeza que seria muito mais calmo para mim se utilizasse para lhe agradecer tudo o que temos feito em prol do desenvolvimento da Freguesia do Louriçal, e isso é o que fazemos todos os dias, Sr. Presidente, e não só a equipa da Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, o povo, as instituições que trabalham neste desenvolvimento todos os dias.

Na verdade, lamentamos que, como alguém que luta no seu dia a dia para construir a sua própria casa, e a seguir vem alguém que a destrói, e nós continuamos a trabalhar na construção de outra, e assim andamos a vida inteira, e aquilo que são os pilares, a própria tutela do Estado acaba por destruir. Eu lamento, e sem dúvida os últimos dias têm sido difíceis para mim. Acredito



MUNICÍPIO DE POMBAL

que também aqui a Patrícia Carvalho, que é a Diretora do Instituto D. João V, e eu partilho aqui esses momentos, porque, afinal de contas, o que nos move na vida é partilharmos em comum os momentos difíceis, e isso eu fi-lo desde a primeira hora, porque o que me move é a defesa das pessoas, foi para isso que vim para Presidente de Junta, e estarei aqui até ao limite das minhas forças. Deixo aqui hoje a palavra de que houve coisas que eu ouvi aqui por parte de uma única pessoa, que não quis, e nem sequer quero comentar, porque, afinal de contas, não está cá presente para ouvir a seguir, e também o povo fará, com certeza, o julgamento na altura certa.

Também o problema de que sofre Pombal, o Louriçal também o sofre. Mas, sofro no meu canto, e humildemente, sem responder. Mas, na verdade, hoje quero aqui agradecer às Bancadas do Partido Socialista, do CDS, Pombal Humano, por nos juntarmos – isto sim, é democracia – em defesa de um direito que é de uma população. E não percebo como é que é possível – por exemplo, em 1973, eu tive oportunidade de estudar, com muita dificuldade, na altura na Figueira da Foz, porque era mais próxima a nível de transportes, e pude com liberdade de o fazer, o sacrifício com que lutei, pensando um dia – ou nem pensando que poderia ser o Presidente da Junta, mas pensando que os ideais das dificuldades daquele tempo, um dia poderíamos ter uma vida melhor, foi para isso que lutei a vida inteira, até hoje, participando além da minha vida, fazendo o melhor pelas associações e instituições, e agora na Junta de Freguesia. Lamento que hoje sejamos proibidos, que aquilo que julgamos depois do 25 de abril, a liberdade que adquirimos e a democracia, tornou-se num fardo pesado para todos nós, e está aqui provado. Como é possível uma decisão tão drástica, sem conhecimento, ignorando o Presidente da Junta, o Presidente da Câmara, porque até hoje não recebemos nenhum comunicado sobre o pedido que fizemos, de alguém que sabe que todos estamos a sofrer? Não é este o modelo que interessa a todos nós, nem a este país. Como diz o Sr. Presidente, e bem, no momento em que o país atravessa realmente uma estabilidade, segundo falam – esperamos que seja assim bem verdade, que não corresponde, que nós sabemos no dia a dia, porque, afinal, as instituições de mais nós mais precisamos, desde a saúde à educação, estão a levar a estas questões, a cortes drásticos, prejudicando-nos a todos.

E aqui, o que eu alerto é simplesmente o seguinte: não estou sequer a imaginar o que poderá acontecer ao Louriçal um dia, sem este colégio. E não confundamos as coisas, como disse o Sr. Presidente, o julgamento, a justiça que seja feita àquilo que tem que ser feito, mas deixem as pessoas, a escola aberta às populações, mais dezassete instituições, desde os Serões Culturais às Louriçalíadas, ao Grupo de Escuteiros, à Filarmónica, a mais de duzentas crianças, jovens e adultos nas escolas de música, a toda uma área que hoje é um movimento, é o desenvolvimento económico, foi o trabalho que fizemos com o novo Centro Escolar, as obras que estamos a fazer na via rodoviária, todo este trabalho, para depois dizer, como, por exemplo, nós ouvimos falar, que oferecem seis mil e quinhentos euros (6.500€) para que um emigrante venha para Portugal. Como é que pode uma família de emigrantes vir para Portugal – como eu tenho um sobrinho meu – e chega a Portugal e diz: “Afinal, eu tenho uma terra para construir uma casa, mas tenho que me ir embora daqui, porque não me deixam aqui viver, porque não tenho aqui o futuro da educação assegurado para os meus filhos.” É lamentável. Venham ao local, venham falar connosco. Nós somos eleitos pelo povo, eu fui eleito pelo povo; quem deferiu este processo não foi, certamente. E lamento, porque estamos aqui a deixar um apelo que deixo hoje, não queremos viver com isto a questão política; queremos, sim, uma defesa das nossas populações. E acredito que se o Louriçal foi sede de concelho, que é uma vila histórica, que tem uma componente hoje fundamental nos eixos rodoviários e na sua economia, em pouco mais de um ano, a Câmara Municipal sabe, através dos seus serviços, que foram pedidas vinte e quatro construções de novas



MUNICÍPIO DE POMBAL

moradias para vinte e quatro casais jovens, mais oito apartamentos, mais dois que estão para deferir – então, querem matar a vontade das pessoas de ali residir?

Sr. Presidente, eu sei que tem algo para me dizer, não o disse aqui, mas espero que aplique a sua força, que também temos triunfos, e que também alguém lá em cima venha um dia dizer: “Diga-me como é que funciona a vossa freguesia, o que é que tem, para depois podermos decidir.” Mais uma vez, agradeço este exemplo de democracia que demos aqui hoje, porque se não formos juntos a defender o nosso território, um dia, é verdade, todo o investimento que o concelho faz não vale de nada, e as pessoas não se fixam cá. Deixo aqui um agradecimento, Sra. Presidente, para terminar, muito, muito forte, para que nós possamos aliviar este sofrimento que todos temos – eu, o Instituto D. João V, pela sua Diretora, os pais, os alunos e as populações, tanto do Louriçal, como de Almagreira, como do Carriço.

Obrigado, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Tem a palavra a Sra. Deputada Liliana Silva.”

Liliana Silva (CDS-PP):

“Muito boa tarde. Começo por cumprimentar todos os presentes.

Sr. Presidente, sabemos que o maior desafio das Autarquias Locais se prende com a promoção da qualidade de vida que proporcione às populações maior resposta na área do emprego, da saúde, da educação, do desporto, da cultura e do ambiente.

Hoje, volto a denunciar aquilo que eu entendo, e o CDS-PP de Pombal, como ausência de estratégia no âmbito da saúde e da educação. Sr. Presidente, todos sabemos a realidade demográfica do nosso concelho – envelhecimento da população e diminuição da taxa de natalidade. Sr. Presidente, questiono se há algum compromisso entre o Sr. Presidente e os Presidentes das Juntas de Freguesia relativamente à reorganização dos Centros de Saúde e das futuras Unidades de Saúde Familiar, e se há, no que consta.

Sr. Presidente, questiono se há previsão de encerramento de estabelecimentos escolares públicos por diminuição do número de alunos nos próximos dois anos.

Sr. Presidente, dou como exemplo a minha freguesia, Vila Cã, onde me parece que o princípio da igualdade entre as freguesias é limitado, pelo menos nos últimos seis anos, que é o tempo desde que eu resido neste concelho. Como é público, há um bloqueio institucional entre a Assembleia de Freguesia e o Executivo da Junta de Freguesia. A informação que chega aos membros da Assembleia de Freguesia é escassa, e nem sempre totalmente explícita, e é muito pouco transparente.

Posto isto, Sr. Presidente, questiono se o Centro Escolar vai chegar a Vila Cã, e quando, e se até lá os alunos, pais e professores vão ser ouvidos, ou se mudar o telhado e pintar as paredes é suficiente para o Sr. Presidente. É imperativo resolver os problemas urgentes da Escola Básica de Vila Cã, que alberga cerca de quarenta alunos, e que tem que ser reabilitada. As reabilitações também dão direito a inaugurações. Vila Cã tem provavelmente o melhor jardim de infância do país, tem uma escola básica digna e mal aproveitada, com terreno contíguo adquirido com dinheiros públicos. Mas, parece-me que vamos continuar a alimentar as grandes obras e a desperdiçar o património, muitas vezes cedido por privados e construído pelo povo, numa avaliação desajustada da realidade local, e com tantas necessidades de investimento. A sensação que existe é de que o povo de Vila Cã está a ser castigado pelo poder político. Sr. Presidente, não gostaria de acreditar que o que se passa em Vila Cã resulta de uma estratégia partidária para obtenção de resultados. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Acácio.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Rui Acácio Santos (PPD/PSD):

“Muito boa tarde. Sra. Presidente, muito obrigado, e na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Não era para intervir neste ponto, mas tenho mesmo que o fazer. É fácil vir aqui com um voto de protesto junto do Município para os assuntos das florestas, quando são os mesmos que suportam esta falta de cuidado e de investimento. A colega do Bloco de Esquerda tem os canais próprios na estrutura do Governo para reclamar estes mesmos assuntos. Este abandono das nossas florestas não é competência do Município; é deste Governo. O que eu solicito ao Município, Sr. Presidente, é que faça chegar às entidades competentes este desmazelo, visto que a nossa mata nacional no concelho e no distrito está ao abandono.

O Concelho de Pombal tem um potencial turístico muito interessante, as suas praias, e tínhamos uma excelente floresta – Praia do Osso da Baleia, e futuramente a Praia da Guia (ou do Urso, como queiram). Tínhamos uma floresta única no país, e agora é preciso dizer isto, é este Governo que abandonou o concelho, e que nos abandonou a todos nós. E também é preciso todos sabermos, e é bom dizer publicamente quem são: PS, Bloco de Esquerda e CDU, a apelidada “geringonça”. Isto tem que ser dito publicamente. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Começo por responder aqui a este colega deputado. Não percebo por que é que não votou a favor da minha proposta, uma vez que era para castigar o Governo pela sua inação. Votou contra, e agora diz que aprova a minha proposta. Temos que ser coerentes no nosso discurso.

Relativamente ao que eu trago hoje para falar no PAOD, começo por falar do Pombal Cup. Foi um grande evento, um grande acontecimento no Concelho de Pombal. Foi prazeroso ver o Estádio Municipal cheio, assim como vários campos – da Pelariga, dos Caseirinhos – foi muito bom ver sessenta equipas de meninos e meninas – já participaram meninas – foi uma envolvência brutal, adorei participar nele, e fiquei muito feliz de o Município ter contribuído bastante para este acontecimento. Segundo soube, o torneio teve onze mil euros (11.000€) de custos diretos, e um apoio camarário de cerca de quatro mil e quinhentos (4.500€), cerca de quarenta por cento (40%). Fico feliz que a autarquia apoie estes eventos, e gostaria que o Sr. Presidente dissesse se os apoios a este tipo de eventos são sempre nesta ordem de percentagem, dos quarenta por cento (40%), o que me alegra bastante, porque é com estas atividades para as camadas mais jovens que nós também damos vida ao nosso concelho.

Soube que o maior torneio, até haver este, era o Torneio da Ilha, na páscoa; não sei se tem aí os valores, gostaria de saber quais foram os custos diretos, e qual foi o apoio camarário, para ver se há equidade nestes apoios. E fico muito feliz se isso acontecer, é esse o caminho.

Tenho também aqui um assunto, que também soube que houve um torneio de futebol de praia na Praça de Touros de Abiul – é todos os anos. Tendo nós uma praia no concelho como o Osso da Baleia, uma praia maravilhosa, com uma extensão de areal imensa, não teria sentido realizarmos nenhum torneio no Osso da Baleia, de futebol de praia, ou de voleibol de praia, para dinamizar a nossa praia do concelho? Se calhar tinha sentido estendermos este tipo de atividades à praia, que é o sítio mais fácil para fazer este tipo de atividades. Gostava de ver futebol de praia, voleibol de praia, e outras atividades a ser realizadas no Osso da Baleia, que é uma praia que adoramos todos, penso eu. Penso que já acabei o que eu queria dizer.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



As
João
Antunes

MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Antunes dos Santos.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, Sr. Presidente de Câmara, permitam-me que nas vossas pessoas cumprimente todos os presentes.

Eu confesso que não era para falar neste ponto, e não quero de maneira nenhuma que esta minha intervenção seja vista como uma picardia partidária ou política, porque tal qual disse há pouco a Patrícia, nós somos eleitos pelos Pombalenses, e ainda há causas que nos unem, e a votação da moção há pouco é prova disso mesmo. Mas, obviamente, fiquei sensibilizado pela presença de munícipes aqui no público, Louriçalenses, e fiquei sensibilizado porque entendi isto como um gesto quase de desespero, de humildade, de nos vir pedir ajuda para tentar intervir numa situação que é muito grave para o Louriçal e para o nosso concelho. Já não é a primeira vez que isto acontece, porque já aqui estiveram também habitantes de Albergaria dos Doze. E isso levou-me a uma reflexão mais profunda, uma reflexão sobre aquilo que alguém, ou que alguns querem fazer com o nosso concelho.

E em primeiro lugar, começar por isto, que é o tema do momento, este ataque claro à educação – porque isto não é um ataque ao ensino cooperativo; isto é um ataque à educação, porque não há nada que nos diga que estas medidas que este Governo está a tomar – do PS, apoiado no Bloco de Esquerda e na CDU – vão contribuir para as melhorias da educação no nosso país, para aquilo que deve ser uma educação de qualidade para as nossas crianças e para os nossos jovens. Portanto, isto não é um ataque ao ensino cooperativo; é, sim, um ataque à educação. E obviamente que isto acontece também, e ainda é mais grave porque o ensino público no nosso concelho – e penso que é assim por todo o país – em muitos dos casos, para não dizer na generalidade dos casos, não tem capacidade para receber estes alunos com a qualidade que lhes é exigida. E no caso do nosso concelho, estas medidas podem levar ao encerramento dos colégios, dos quatro colégios que nós temos no nosso concelho, a curto e médio prazo, põem em causa aquilo que é o modelo de desenvolvimento económico do nosso concelho, que é levado a cabo há muitos anos, um modelo de desenvolvimento económico que esteve assente sempre numa cidade, a cidade de Pombal, mas que tentou sempre dar força às vilas e às aldeias do nosso concelho, tentando tornar o concelho mais homogéneo. E obviamente que estas medidas põem em causa esse modelo de desenvolvimento económico, e não bate a bota com a perdigota, porque num dia andam a dizer que é importante combatermos a desertificação, a interioridade, e depois tomam estas medidas que vão matar os territórios, e que vão afastar ainda mais as populações, as crianças, os jovens, os adultos, destes territórios.

Mas, este ataque ao Concelho de Pombal não se fica por aqui, e podemos ir mais longe, enumerando aqui um conjunto de situações em que este Governo – e não vale a pena comparar com o Governo anterior, porque o Governo anterior estava perante uma situação de emergência nacional, a aplicar um programa que foi impingido pela troika, por responsabilidade do Governo anterior do Partido Socialista, e portanto, não vale a pena comparar, ainda para mais quando este Governo todos os dias diz na televisão que estamos melhor, que há superávite, então que apliquem isso no dia a dia das pessoas, que façam sentir isso nos territórios, e não é isso que nós vemos no Concelho de Pombal. Estamos a ser completamente esquecidos, discriminados e prejudicados. Veja-se o IC2, a vergonha em que está o estado do IC2, o IC8, estas duas estradas que quase mensalmente ceifam vidas a pessoas do nosso concelho e de fora do nosso concelho; a Linha do Oeste, e também a Linha do Norte, com a importância estratégica que tem para o país devia ter um investimento muito maior; o que fizeram connosco quando foi da tempestade Leslie, o que fizeram connosco, com o Município, com as associações, com os Pombalenses, com os



MUNICÍPIO DE POMBAL

agricultores; o que estão a fazer ao nível da saúde, a decidir tudo nas costas das populações; o que estão a fazer – e ainda há pouco aqui foi dito – com a Mata do Urso, com a nossa Mata do Urso, que depois daquilo que aconteceu não existe qualquer estratégia do Governo para resolver o problema.

E portanto, meus amigos, caros deputados municipais, Pombalenses, acho que esta discriminação de que o Concelho de Pombal está a ser alvo, este prejuízo que tem no seu dia a dia deve unir-nos a todos, independentemente das questões partidárias, deve unir-nos a todos, porque – e volto a referir – nem quando estávamos sob um plano de emergência, um plano que nos foi imposto pela troika, o Concelho de Pombal esteve a ser prejudicado como está a ser prejudicado hoje, com um desinvestimento total por parte do Governo. Querem fazer-nos mal, e portanto, devemos unir-nos todos para dar força ao Concelho de Pombal, e para defender as nossas populações. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Elisabete Alves.”

Elisabete Alves (PS):

“Muito obrigada, Sra. Presidente. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Sra. Presidente, os Srs. Vereadores e o Executivo na pessoa do Sr. Presidente de Câmara, os meus colegas de todas as Bancadas, o público presente, os funcionários e as demais pessoas.

A minha intervenção tem a ver com uma questão que eu coloquei ao Sr. Presidente de Câmara na última Assembleia Municipal, e cuja resposta não nos satisfaz, porque não nos respondeu, efetivamente, à questão que lhe colocámos sobre a atividade do Conselho Municipal de Segurança. Efetivamente, o Sr. Presidente, ao invés de responder, apontou uma Lei recente, de março deste ano, e portanto, fez tábua rasa da pergunta que lhe fiz sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Municipal de Segurança, já constituído e em funções há cerca de dois anos.

Ora, há pouco tempo, o Sr. Presidente, a interpelação da Vereadora do Partido Socialista, informou que desde a tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança não aconteceu nada que tivesse justificado a convocação dos seus membros. No entanto, muitos foram os acontecimentos que ocorreram no concelho, desde logo incêndios, tempestades com danos gravíssimos, sinistralidade rodoviária com desfechos trágicos, que tem vindo a aumentar, comunidade imigrante a aumentar a cada dia, com todos os problemas inerentes à sua integração, tráfico de droga a aumentar, posse de armas, acontecimento, entretanto, no passado fim de semana, de rixas numa freguesia do concelho (na Pelariga), entre grupos de risco em festas populares, e que se não forem contidas podem estender-se até outros locais do concelho. Se estas questões não justificavam a convocação de membros do Conselho Municipal de Segurança, então que nos explique o Sr. Presidente qual a razão que o Sr. Presidente entende ser a que se justificava para a convocação do Conselho Municipal de Segurança, desde a sua criação e tomada de posse. É tudo. Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Conceição Anastácio.”

Maria da Conceição Anastácio (PPD/PSD):

“Muito boa tarde. Cumprimento a Mesa, na pessoa da Sra. Presidente, o Executivo na pessoa do Sr. Presidente, os caros deputados, a comunicação social, público presente.

Já não é a primeira vez que tomo a palavra para referir com regozijo coisas boas que acontecem no nosso concelho, no nosso Pombal. Vou referir-me a dois exemplos.

Primeiro, ao projeto “Pombal Global”, que é destinado a fazer recolha e compreensão da obra completa do Marquês de Pombal, no qual o Município se assumiu como mecenas, com a



MUNICÍPIO DE POMBAL

participação de um milhão de euros (1.000.000€), sendo que será dividido por cinco anos, trinta mil (30.000€) por ano. É de referir que a qualidade exímia dos dez investigadores, as áreas de investigação, as universidades intervenientes, os mais de vinte países e mais de cem bibliotecas onde se vão realizar as pesquisas, não deixam dúvida de que será uma obra incontornável na história mundial, nacional e Pombalense. É de referir também que a falta desta obra era um espaço vazio para conhecermos melhor o enquadramento histórico e político do início da idade moderna em Portugal e no estrangeiro.

Refiro também uma outra obra concluída por um Pombalense, o Prof. Joaquim Eusébio, a quem o Município também ajudou e contribuiu, fazendo a publicação da obra, editando a obra. Esta obra versa sobre os azulejos da Igreja do Convento do Louriçal, e esta obra foi galardoada com o prémio no concurso “SOS Azulejos 2018”. É uma obra que identifica e analisa detalhadamente os trinta e quatro painéis organizados em quatro ciclos.

Conclui-se, portanto, destes dois bons exemplos que, com estes eventos, Pombal, as nossas gentes, graças também ao empenho do Município, estamos cada vez mais na rota cultural, histórica e turística nacional e internacional.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Tem agora a palavra o Sr. Presidente Humberto Lopes.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente.

Eu também venho aqui falar num tema que, como diz o José Manuel, também não gostava de estar aqui a falar, que é novamente da saúde. É um dos temas que nos preocupa mais na Freguesia de Almagreira, e hoje é um dia especial, porque é o dia em que a médica – a médica cubana que há uns anos o Estado Português achou que devia vir para Portugal suprir uma necessidade que o país tinha – termina o contrato. Termina o contrato e não tem qualquer indicação; nós, Junta de Freguesia de Almagreira e Câmara Municipal, fomos parceiros do Ministério da Saúde desde a primeira hora, estivemos ao lado da população e dos nossos fregueses para suprir mais uma necessidade, que era a saúde, e até à data de hoje, quer freguesia, quer Município, que nós tenhamos conhecimento, ninguém nos diz nada sobre esta situação. Continuamos a pagar a renda da casa, continuamos a suprir todas as necessidades daquela unidade de saúde, e o que sabemos é pela médica, que o contrato termina hoje. O que eu vinha, uma vez mais, em nome da população, que está, como é óbvio, muito preocupada, porque depois o que é público é exatamente isto – eu convido quem puder a consultar a página aqui da Unidade Local do Vale do Arunca, e percebe aqui a não informação que está presente: não tem missão, não tem coordenador, não tem mesmo. Ou seja, se quiserem ir à página, percebem perfeitamente a desorientação e desorganização que a saúde tem neste momento, quer a nível nacional – as notícias todos os dias são óbvias – quer a nível local, e é isso que nos preocupa aqui. E eu, como Presidente de Junta, é o meu território que me preocupa numa primeira ordem. E preocupa-me porque vejo perfeitamente que não há qualquer orientação, não há qualquer transparência, e principalmente o que me choca é não haver nenhuma confiança, ou a desconfiança de quem decide – ou seja, do próprio Ministério – perante quem tem que dar a cara todos os dias perante uma população, que é idosa e dependente. Ou seja, um dos números que aparece ali naquela página, índice de dependência, setenta e nove (70,59%), quer dizer alguma coisa, quer dizer que quem faz uma análise daqueles oito mil, oitocentos e trinta e cinco utentes inscritos nesta unidade tem o cuidado de perceber quem são os utentes destas quatro freguesias que fazem parte desta unidade. Num lado diz que esta unidade é constituída por cinco médicos, três enfermeiros, dois secretários clínicos e zero internos – não sei o que é que eles querem dizer com “internos”; do outro lado, noutra separador, já há seis



MUNICÍPIO DE POMBAL

médicos e dois polos. Não se percebe. Ou seja, a informação é completamente contraditória. O que é facto à data de hoje, é este que nos preocupa, não percebemos se na segunda-feira há, ou não, consultas, e quem é o médico ou a médica que estará a atender na unidade de saúde em Almagreira. Portanto, é uma preocupação, e uma vez mais levo aqui à Assembleia, e peço o apoio do Município para esta matéria.

Outro ponto, também muito rapidamente, e é um assunto que o CDS já falou há bocadinho, o torneio de jorkyball que houve na Assanha da Paz, na Freguesia de Almagreira. É de louvar, e também não podia deixar aqui de dizer – tinha este assunto para outro ponto, mas digo-o já aqui – porque, no fundo, é um enorme orgulho – e já o disse aos organizadores, ao Jorkyball de Pombal, que tem sede na Assanha da Paz – ter atletas do Japão, do Canadá, de França, de Itália e de Portugal, como é óbvio, quer equipas femininas, quer masculinas, toda a gente percebe que é este tipo de eventos que move a economia local e que traz pessoas – que é isso que nós queremos – traz dinâmica aos hotéis, aos restaurantes, aos rent-a-car, a todo um conjunto de serviços que nós temos que potenciar. O evento, como é óbvio, teve o apoio do Município, o apoio da freguesia, e venham mais eventos destes, nós como freguesia estamos cá para apoiar. E não queria também deixar de enaltecer o trabalho, aí está, de pessoas, porque estes eventos são feitos com pessoas com muita “carolice”, com muito amor à camisola e com muito amor à terra. Por isso, para toda a equipa do Jorkyball de Pombal, também queria deixar aqui o meu agradecimento. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Dou agora a palavra à Sra. Deputada Nicolle Lourenço.”

Nicolle Lourenço (PPD/PSD):

“Obrigada, Sra. Presidente. Boa tarde, Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, comunicação social e demais deputados.

A minha intervenção irá basear-se essencialmente naquela que tem sido a política cultural levada a cabo por este Município. E porque potencializar o capital social e cultural de um território é uma tarefa complexa, uma tarefa que só será possível se as políticas de cultura formuladas e empreendidas no país se associarem ao esforço de desenvolvimento local de cada Município.

É neste sentido que congratulo o Município, não só por integrar o projeto “Arte em Rede”, um projeto de cooperação cultural constituído por dezassete associados, entre eles dezasseis Municípios, dos quais Pombal faz parte, e a Associação “Acesso Cultura”, que tem catorze anos de atividade ininterrupta nas áreas de programação cultural, de apoio à criação artística e da formação profissional e das práticas artísticas comunitárias, e realizou em Pombal o 3.º Fórum Político dedicado ao tema “Redes Culturais – Modelos de cooperação para o desenvolvimento dos territórios”. O facto de este projeto ser uma rede composta por várias geografias, escalas e sensibilidades políticas diversas qualifica-a para promover um debate pertinente e frutífero para os territórios, considerando uma grande mais valia Pombal ser parte integrante deste projeto.

Nesse sentido, gostaria de congratular o Município, em particular a Vereadora Ana Gonçalves, pela realização de mais uma edição do Festival Pombalino, um evento diferenciador que pretende afirmar a figura do Marquês de Pombal como imagem de marca da cidade, envolvendo e integrando ativamente a comunidade Pombalense, através da participação do Polo de Pombal do Conservatório de Música David Sousa, da DanSpirit, da Fabrikarts e do Quinteto da Associação Artística Marquês de Pombal, para além das diversas lojas do comércio tradicional, como a Mercearia da Praça, algumas IPSS's e lares do concelho.

Dois pontos que considero importantes e cruciais nesta estratégia de potencialização do território: a criação e promoção de um evento diferenciador, que se torne uma referência da cidade, e o envolvimento da comunidade Pombalense neste tipo de eventos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Para finalizar, e num âmbito um pouco diferente, gostaria de realçar também a programação levada a cabo pelo Município, em parceria com a Junta de Freguesia de Pombal, no âmbito das comemorações do Dia da Criança, que decorreram durante quatro dias e que trouxeram uma dinâmica na cidade muito interessante e que urge promover.

Mesmo para finalizar, e tendo como base a forte componente que a Agenda Municipal tem nas mais diversas áreas, como referi anteriormente, gostaria de relembrar novamente a falta de uma agenda que contemple os jovens e que os envolva, como podemos comprovar novamente pela informação que nos é trazida a esta Assembleia nesta área, e que se resume à receção e acompanhamento de processos de candidatura de apoio ao associativismo juvenil.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pimpão.”

Pedro Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas membros da Assembleia Municipal.

Queria, naturalmente, começar com uma nota de solidariedade para com a comunidade do Louriçal, de Almagreira, Carriço, todas as freguesias daquela região, porque quem conhece a dinâmica muito positiva que o Instituto tem tido ao longo das suas décadas de existência, em termos económicos, sociais e culturais naquele território, sabe perfeitamente o impacto muito negativo que estas decisões vão criar no desenvolvimento daquela comunidade. E por isso, naturalmente que todos estamos solidários com a população do Louriçal, e estes órgãos servem precisamente para isso também, para ouvir as pessoas, e também darmos eco àquilo que são as suas preocupações. E estive muito bem a Assembleia Municipal hoje nessa matéria.

Eu queria, Sr. Presidente, falar sobre as iniciativas que foram realizadas no âmbito dos vinte e oito anos da elevação de Pombal a cidade, e que já aqui foi salientado que terminaram com chave de ouro, com aquela cerimónia de encerramento da Pombal Cup. Eu queria sinalizar algo que ficou também subjacente a algumas intervenções que aqui foram feitas, e que tem a ver com o trabalho que é feito no nosso concelho – e não é na nossa cidade; é no nosso concelho – ao nível desportivo, e sobretudo ao nível da formação desportiva. É um trabalho com muitos anos, que envolve muita gente dedicada, e eu acho que nós temos todas as condições para que possamos, a curto ou médio prazo, assumir-nos à escala nacional como uma referência no desporto infantil, no desporto juvenil, como uma referência no desporto de formação; deixarmos de pensar em níveis competitivos que são muito exigentes do ponto de vista financeiro, e em cujo retorno há alguma dúvida, mas se temos este trabalho – e não é só no futebol; é também num conjunto alargado de outras modalidades – que deve ser potenciado, porque hoje todos reconhecemos o desporto como uma escola de valores, e também o desporto como reforço de competências para cidadãos mais ativos, mais participativos, mais dinâmicos. E por isso, acho que seria também uma boa estratégia a ser implementada com base naquilo que é o trabalho feito no terreno. E por isso, também estranhei o salientar que é uma iniciativa feita por privados, e não ter sido o Município ou outra entidade pública, porque é assim mesmo que tem que ser, este tipo de iniciativas tem que ser fruto da vontade, do trabalho, da dinâmica de quem está no terreno e tem essa missão. Aquilo que nós temos obrigação, enquanto entidades públicas, é estarmos ao lado, é apoiarmos, é sermos facilitadores, é criarmos as condições para que sejam bem sucedidos naquilo que é a sua missão, porque se eles forem bem sucedidos naquela missão, vamos ter crianças e jovens mais felizes, mais dinâmicos e com um papel cada vez mais ativo e participativo na comunidade, que foi aquilo que nós sentimos no decurso do fim de semana, com algumas atividades, para além das desportivas, atividades culturais, atividades recreativas e outras, que nos deram duas pistas muito interessantes: a primeira é evidenciar o potencial enorme que a



MUNICÍPIO DE POMBAL

nossa terra tem, porque foram várias as atividades, que tiveram uma grande repercussão e uma grande participação das pessoas, e isso significa que as pessoas estão envolvidas neste projeto coletivo. E a segunda pista é começarmos a preparar o futuro, porque estamos todos muito preocupados, e bem, cada um que exerce as suas funções autárquicas na Junta, na Assembleia Municipal, na Câmara Municipal, está preocupado em honrar os compromissos com os eleitores e em fazer jus àquilo que são os compromissos que assumiu em termos eleitorais. É isso que estamos todos a fazer, e bem. Mas, para além disso, também temos a obrigação de começarmos a pensar a médio e longo prazo, o que é que nós queremos do nosso território, da nossa comunidade, a dez, vinte, trinta anos. E é por isso que também nestas atividades houve também espaço e oportunidade para começarmos um projeto, que eu acho que é muitíssimo interessante, e para o qual também eu aqui aproveito para sensibilizar os membros da Assembleia Municipal e toda a comunidade, para começarmos a pensar no crescimento do nosso concelho, no futuro do nosso concelho, nas diversas áreas de intervenção, aproveitando o contexto, primeiro da descentralização – vamos falar da descentralização mais à frente, mas a descentralização é uma mudança de paradigma a nível nacional, porque as Autarquias Locais, Juntas de Freguesia, Câmara Municipal e Assembleia Municipal – que também vai ter um papel, espero eu, mais ativo, de acordo também com a sugestão do nosso companheiro Manuel Barros, que eu subscrevo integralmente – o que é certo é que nas áreas da saúde, da cultura, da educação, as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais, a partir de 2021, vão ter um papel muito mais interventivo. E portanto, vão ter outras responsabilidades, e isso, acho que é um desafio positivo, e que tem que começar a ser preparado.

Para além disso, estamos numa época de transição de fundos comunitários, em que está a terminar em 2020 este quadro comunitário, começamos a preparar o próximo quadro comunitário, e eu acho que é importante nós pensarmos coletivamente, e acho que isso nos deve unir, independentemente das ideologias partidárias, saber quais é que são as áreas e os projetos mais importantes para o desenvolvimento económico e social do nosso concelho, e depois sim, a partir da definição dessa estratégia concreta, objetiva, desse foco, podermos ir aos fundos comunitários e a outros meios de financiamento alavancar esse tipo de investimentos.

Por isso, queria dizer que sentimos que viemos destas iniciativas várias com a alma cheia e com força revigorada para continuarmos a trabalhar em prol da nossa terra, e também começar a pensar no futuro das novas gerações, e naquilo que é o legado que vamos deixar a quem nos sucede. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Dou agora a palavra ao Sr. Presidente, se faz favor.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado pelas vossas questões, pelas vossas preocupações também, pelos vossos desafios.

Eu vou tentar ser rápido, até porque, como sabem, hoje temos a abertura, com uma pequena sessão solene, da Feira Nacional do Transporte, onde me esperam. E portanto, depois desta intervenção, a representação na Assembleia estará assegurada pelo Sr. Vice-Presidente.

Ja começar pela intervenção do Dr. Manuel Barros, dizendo-lhe que essa tem sido, de facto, uma matéria que nos tem preocupado, e temos utilizado talvez mais do que aquilo que são os mecanismos legais, porque entendo que a cultura da nossa organização pode ser, ela própria, muito inibidora para aquilo que sejam, sejam os titulares dos cargos políticos, sejam os responsáveis que sob o ponto de vista técnico trabalham com os processos, poderem simultaneamente se sentirem observados e debaixo de um escrutínio rigoroso, não só sob o ponto de vista político, mas também sob o ponto de vista da duplicação de procedimentos que faça com



MUNICÍPIO DE POMBAL

que algumas atividades possam ser mais complexas. E isso obriga, como bem sabe – até porque acompanhou de perto o trabalho da comissão, aliás, julgo que ainda estava no Tribunal de Contas quando a comissão foi constituída, de combate à corrupção e infrações conexas...”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Pedia aos Srs. Deputados contenção e menos barulho. Obrigada.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado.

E faz sentido que tenhamos a mais ampla e diversa capacidade intelectual de olhar para estes processos, porque nós sabemos que quem os quer corromper o faz com muita criatividade. E portanto, convém que seja gente muito conhecedora, que perceba quais são as portas que não ficam bem fechadas, as janelas que não ficam bem trancadas, para se perceber quais são as vulnerabilidades da casa, e mesmo assim é aquilo que conhecemos. Por exemplo, o trabalho – e pedi para mo trazerem para aqui, porque achei que era relevante – nós tivemos um relatório da Inspeção Geral de Finanças que abrangia a nossa atividade em contratos públicos em 2013 e em 2015. Desse relatório, em maio de 2017 exarei o seguinte despacho, remeti-o para a equipa que acompanha as matérias de auditoria interna, que existe – cá está, uma novidade, esta é uma circunstância que alguns Municípios não têm esta opção política, que a Assembleia e a Câmara aprovaram – e o meu despacho tinha quatro pontos, e dizia assim:

“Tendo presente o relatório referido e o conjunto de recomendações da Inspeção Geral de Finanças, solicito: a avaliação dos procedimentos internos relativos às matérias contravertidas no mesmo, com o propósito de introduzir as alterações formais, processuais e jurídicas aplicáveis...” – reação direta àquilo que estava identificado como mal cumprido – “... a apresentação do quadro de avaliações, sugestões e correções implementadas, com periodicidade trimestral (1 de agosto, 1 de novembro, 1 de fevereiro)...” – que continua hoje, porque ainda não estão todas as ações e as recomendações implementadas no terreno, com verificação factual – “... A preparação de informação trimestral em quadro de evolução, para remessa à IGF, Câmara e Assembleia Municipal; identificação de dívidas jurídicas, como podem ser avaliadas, entendidas e definidas as respetivas interpretações junto da unidade jurídica, Câmara, IGF, DGAL e Secretaria de Estado das Autarquias Locais...” – porque havia matérias de alguma complexidade, como por exemplo, eu recorde-me daquela que confundia a personalidade jurídica dos sócios com a personalidade jurídica das empresas, que é matéria que ainda hoje não é pacífica – quando, por exemplo, se faziam consultas a essa pessoa pela figura jurídica unipessoal ou coletiva, e em nome individual; esclarecer o que é que o Legislador pretendeu, essas e muitas outras, e que às vezes, como calcula, não são opções do Presidente da Câmara.

Por outro lado, mantemos, evidentemente, uma revisão que resulta não só da atualização legislativa, mas da norma de controlo interno. Estas, como sabe, anualmente, por força, ou da Lei de execução do Orçamento de Estado, ou da Lei do Orçamento de Estado, obrigam a rever, para perceber se os pressupostos de contratação e outros que estão previstos têm ou não têm implicação, e além disso tem a ver com aquelas que sejam o próprio critério municipal, que pode acrescentar outro tipo. Portanto, esta tem sido a complexidade com que temos desenvolvido.

Por outro lado, temos os regulamentos que vamos aprovando, e que obrigam ao cumprimento de regras. Eu, quando saí daqui, apresentaram-me uma ordem para mandar para a contabilidade, que eu não assinei, porque era preciso isso no âmbito de uma atividade com as crianças, dos tempos livres – isto foi antes de eu entrar aqui – e tinha que se ir à tesouraria levantar dinheiro para comprar bilhetes para o Oceanário. Nunca fiz, nem vou fazer. Cá está, repare, pode ser só um atraso, as coisas não foram feitas no tempo certo, pode ser desconhecimento, mas não está



MUNICÍPIO DE POMBAL

bem feito. Portanto, não vale a pena dizer: “Bem, passa desta vez, porque a seguir vai voltar a usar os mecanismos.” Eu não quero que este mecanismo exista. Por quê? Porque não é forma de contratar, face a uma requisição para o Oceanário, dizendo: “Olhe, será feita a liquidação...” Resolvam, há formas de fazer isto. E portanto, às vezes são procedimentos que são coisas que não têm a ver com a legalidade, mas facilmente introduzem facilidades no processo que depois podem deslizar, até sem grande vontade, para matérias que são controversas. Não vale a pena.

E portanto, muito obrigado, e acho oportuno poder fazer-se esta discussão, ela tem um carácter muito técnico, mas também tem opções políticas evidentes. E nós, como sabemos, infelizmente, até porque ouvimos isso vezes de mais, para o meu gosto, para aquilo que deveria ser, onde as pessoas muitas vezes entendem que a ética e a moral é o que está na Lei. E quando um país pensa, e ouvimos gente no Parlamento, em comissões parlamentares e nos tribunais a falar desta maneira, percebemos que estamos, de facto, num país um bocadinho mais podre do que aquilo que provavelmente gostaríamos.

Segunda questão, Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS: deixe-me dizer-lhe que voltamos a ter aqui uma diferença de fundo relativamente àquilo que é a noção do funcionamento da sociedade, nomeadamente aquela que eu entendo que o CDS preconiza. Eu acho que o CDS não é uma entidade que preconize que as organizações de provas desportivas devam ser exclusivamente feitas pelo Estado; acho que até tem como propósito que essa seja uma atividade essencialmente desenvolvida pelas entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, que tenham esta promoção – que, aliás, é o que acontece no nosso concelho. A maior parte das atividades desportivas e culturais que são realizadas no nosso concelho são por iniciativas privadas. Não têm fins lucrativos, mas são de carácter privado, e eu acho muito bem que assim seja. São mais diversas, são menos subjugadas, são mais livres, são mais independentes, são mais transversais, são muito melhores. Por isso é que eu acho que o sistema é melhor. Não acho que sejam porque são da Câmara, a Câmara também o pode fazer, mas não deve ser só. Nem só uns, nem só os outros; deve ser misto. E portanto, nós associámo-nos muito bem a esta atividade, e como dizia o deputado Pedro Pimpão, de facto, este é o corolário de um conjunto de atividades que são feitas todos os dias – as pessoas não se reúnem de repente para fazer uma grande organização; são feitas todos os dias, com as associações desportivas, com os pais, com todas essas entidades. E portanto, estamos envolvidos, e queremos que isso possa crescer.

Centrais de biomassa: se se recorda, eu pedi também aqui o processo, mal saiu o regime jurídico que permitia a possibilidade de formalização de centrais de biomassa, o Município de Pombal apresentou esta proposta, levou-a à CIM, e já formalizou, pelo menos em 8 de janeiro de 2018, aos cinco Secretários de Estado que tinham obrigações sobre a matéria – vamos lá ver se me recordo deles: Secretário de Estado das Autarquias Locais, da Energia, da Proteção Civil, das Florestas e do Ambiente e Ordenamento do Território, se a memória não me falha, os cinco, e à Comunidade Intermunicipal. E portanto, continuamos à espera que exista algum desenvolvimento. O processo estava muito bem encaminhado no tempo do Secretário de Estado Jorge Santos, agora sabemos que o Secretário de Estado mudou, e portanto, quer introduzir algumas modificações – há, aliás, já apresentada no Parlamento uma proposta de modificação da Lei, ela chegou-nos, se a memória não me falha, no dia 18 deste mês, em que o Parlamento, de facto, pede alguns contributos para esta revisão do regime jurídico. E portanto, é um processo que não está tão maduro como eu gostaria, como gostaríamos (diria até, ambos). Chegou no dia 11 de junho o projeto de Lei de instalação e exploração de novas centrais de biomassa, precisamente para nos pronunciarmos – eu despachei isto para o nosso técnico que acompanha as matérias de energia, o Eng.º Álvaro Lopes, com a supervisão política aqui do Sr. Vereador Pedro Murtinho. E portanto, mantemos exatamente o mesmo princípio.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Adelino'.

MUNICÍPIO DE POMBAL

O Sr. Deputado Manuel António não fez aqui nenhuma questão.

Sra. Deputada Fernanda Domingues, as questões sobre os resultados das ações de fiscalização e das ações de formação: é evidente que nos primeiros anos em que fizemos as ações de formação havia muito mais gente nas ações de formação. Era uma novidade, as pessoas queriam saber, eu estive em várias, nós continuamos a repeti-las, mas é transversal. No outro dia, quando estive na Comissão Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios, essa foi a informação que genericamente, por exemplo, a GNR, que está em todas, nos deu, que de um modo geral há menos pessoas a participar, o que não significa necessariamente que haja menos gente preocupada. E portanto, nesse aspeto, tem corrido bem.

Quanto à utilização sugerida dos drones ou dispositivos de videovigilância, deixe-me aqui recordar-lhe que foi por iniciativa de Pombal que a Comunidade Intermunicipal se organizou para ir a Biscarrosse, onde eu já tinha verificado a existência de um sistema de videovigilância centralizado. A equipa lá foi, verificou-se, assumiu-se como prioridade, na altura convidou-se, quer o Instituto Politécnico de Leiria, quer a Guarda Nacional Republicana, que como bem sabe, é a entidade que tem o pilar da fiscalização e vigilância no âmbito florestal – não é cada um fazer o que quer, estão divididas as funções no âmbito do dispositivo de combate a incêndios e do próprio trabalho de prevenção. E hoje, nós já temos cerca de dois mil quilómetros quadrados, dos dois mil e quatrocentos quilómetros quadrados da CIM de Leiria, sujeitos a essa videovigilância, no Concelho de Pombal tem duas câmaras instaladas, uma na Crasta Alta, na Mata do Urso, outra na Serra de Sicó, que lhe fazem uma pluralidade de observações. Para além disso, a da Serra do Branco, em Leiria, também apanha a norte, a parte que fica sombreada, que não é apanhada pela torre da Serra de Sicó. Portanto, há gradualmente um reforço destes meios. Deixe-me dizer-lhe que eu interroguei o Sr. Ministro, há três meses, sobre como é que era legítima a intervenção dos Municípios, pagando estes equipamentos nas torres do SIRESP, e o Sr. Ministro da Administração Interna disse, à frente de todos os Presidentes de Câmara, há três meses, que o SIRESP era público e que não havia problemas. Hoje, ficamos na dúvida se ele é público; se ele vai ser comprado, é porque provavelmente não era público. E portanto, é para nós vermos o estado da arte.

Seja como for, tem sido um equipamento que foi financiado pelos Municípios, a contrapartida nacional foi nossa, há abdicção da contrapartida europeia para este projeto em conjunto, que não sendo competência dos Municípios, é objetivamente interesse dos Municípios, foi feita pelos dez Municípios, isso está a funcionar muito bem. Aliás, se concordarem, agora nesta altura não, porque é uma altura mais difícil, porque eles têm muita atividade – esperemos que não tenham, mas podem ter – mas, eu acho que era oportuno a Assembleia, do mesmo modo que visitou em tempos a Valorlis para perceberem em que termos é que as coisas funcionavam, poder visitar a sala de controlo onde tudo isto se verifica, porque eu acho que é uma experiência muito interessante para se perceber o detalhe. Estamos a acabar de instalar os mecanismos que nos permitem fazer uma autodeteção de ignições, que aparece registada nos ecrãs, não obrigando a que haja uma observação permanente por parte do responsável por controlar esses mesmos monitores. E portanto, o próprio sistema vai ter, ele próprio, um dispositivo de alerta que vai fazer disparar essa informação. E portanto, esperamos que rapidamente mobilizando os meios que precisamos pôr no terreno, ou confirmando essa mesma informação.

Sr. Deputado José Manuel Marques, Presidente da Junta do Louriçal, os tempos não são fáceis, mas há uma coisa que eu não lhe vou pedir, porque o senhor tem, que é sempre o bom senso, e vamos esperar que do lado de lá também ele exista, mas há uma coisa que em nenhuma circunstância nos pode faltar, até porque isso é uma vantagem para os nossos adversários: é o ânimo. Não nos podemos quebrar nestas lutas. Se a intenção adversa é que nós nos quebreemos, é



MUNICÍPIO DE POMBAL

precisamente nestas alturas que nós temos que estar mais unidos, com mais esperança, com mais força e com mais empenho. E portanto, essa deve ser a reação, que, evidentemente, repare, deve existir, independentemente de estarmos a utilizar os meios administrativos que temos à nossa disposição, os meios judiciais que tenhamos à nossa disposição, os meios políticos que tenhamos à nossa disposição, ou os meios populares que tenhamos à nossa disposição. E portanto, nós aqui depois temos que usar a nossa cabecinha para escolher quais é que queremos utilizar – mais fortes, menos fortes, mais intransigentes, menos intransigentes. O mesmo se diz relativamente àquilo que sejam as iniciativas reativas que tenhamos a posições que do lado de lá sejam tomadas. Já estávamos aqui, se calhar porque a comunicação é feita online, e acabou de ligar o gabinete da Sra. Secretária de Estado para falar comigo hoje, ou pelo menos para dizer ao meu Chefe de Gabinete que não tinha conseguido arranjar agenda. Portanto, olhe, se calhar, se a Sra. Secretária de Estado nos está a ver, uma boa tarde, e ainda bem que isso aconteceu.

Sra. Deputada Liliana Silva, sobre as questões que apresentou das Unidades de Saúde Familiar: bem, isso é uma evidência. Repare, se os Municípios e as freguesias não se envolverem no processo de renovação das Unidades de Saúde Familiar, aquilo que nós temos é péssimo, que é aquilo que nós temos hoje, parece ser evidente. Mas, eu vou mais além do que isso, e já tive ocasião de o dizer, pelo menos na Câmara; aqui na Assembleia, não me recordo, mas na Câmara já o disse: há uma condição para que este processo possa ser feito no nosso território de forma pacífica e bem sucedida: temos que nos entender. Se algum Partido, se alguma entidade achar que esta é uma matéria onde é muito mais importante prejudicar a criação de um consenso, evoluir para a melhoria das condições de vida que aqui apregoou, e julgo que todos subscrevemos, do que a agitação, ou prefere a agitação política a resolver esse problema, enquanto esse problema não estiver resolvido, não sei quem é que se poderá mexer. E aquilo que seja o compromisso que seja criado entre todos, que seja um compromisso que independentemente de quem aqui esteja e de quem aí esteja, seja respeitado, até que esse programa esteja definitivamente encerrado. E portanto, fazer uma opção que, sob o ponto de vista político de longo prazo possa garantir essa cobertura rápida em todo o nosso território, porque ele envolve várias entidades, que como sabe, só se concretiza verdadeiramente quando tivermos equipas de médicos, enfermeiros e assistentes técnicos que se proponham à constituição de uma Unidade de Saúde Familiar, que é uma coisa sui generis no Estado Português, que é que se esses senhores e essas senhoras não quiserem, as populações ficam segregadamente mal. Temos que dar o pontapé de saída, e eu acho que é importante. Eu estou à espera, confesso-lhe, foi aquilo que eu combinei com os Srs. Presidentes de Junta, que, aliás, conheceram esta posição na reunião que tivemos na ARS, talvez há quatro ou cinco meses atrás, eu acho que esta discussão não é para ser feita nas vésperas das eleições legislativas; acho que devemos esperar o resultado das eleições legislativas, ter uma composição política que nos dá garantias de mais tempo para conversarmos, e nessa altura avançarmos com essa posição. Conhecemos a posição do Presidente do ACES do Pinhal Litoral, Dr. Pedro Sigalho, sobre as propostas de reorganização, que devem ser discutidas, devem ser conversadas, devem-se conhecer os meios financeiros que existam – reparem que ainda estamos nesta altura a conversar sobre as transferências de competências da saúde para os Municípios, e às vezes nem aqueles que nos defendem na Associação Nacional de Municípios acham bem aprovar as regras, mas depois, quando chega à casa deles, votam contra. Ou seja, isto é uma coisa muito boa, mas é para a casa dos outros; na minha, não. E nós temos representantes destes, nós temos representantes destes, eleitos pelas pessoas, que acham que é bom para os outros, mas para a minha casa não é. E não interessa os Partidos; o que quer que seja, este princípio está errado. E portanto, se querem defender, que defendam bem.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sobre essa questão do dito – e eu aqui até sublinhei – bloqueio institucional da Assembleia de Freguesia / Junta de Freguesia, não creio que seja assunto, nem para a Assembleia Municipal, nem para a Câmara Municipal. O Poder Local e a sua autonomia não precisam de ingerências de terceiros órgãos para resolver isto, é uma matéria que, com certeza, os senhores conseguirão ultrapassar através dos meios adequados.

Como calcula, não concordo com uma das suas últimas frases, que aqui tomei nota também, que é que o povo de Vila Cã está a ser castigado pelo poder político. Eu percebo que depois do resultado do CDS nas últimas eleições europeias se sinta castigada pelo poder eleitoral, percebo, provavelmente não será a única, mas não ponha as coisas assim. Se quiser objetivamente identificar, e se quiser pôr a Câmara esse rol, eu discuto isto diretamente; se fizer assim esta observação genericamente, eu também lhe direi que também concordo consigo, porque já tivemos aqui várias observações hoje, nas vias rodoviárias, na saúde, na educação, em vários quadrantes, que nós, de facto, nos sentimos discriminados, e eu também lhe posso dizer que eu também, eu também me sinto castigado pelo poder político. E portanto, fazemos como o antigo Ministro da Agricultura, que quando teve manifestações à porta sobre as questões que não corriam bem na agricultura, saiu e juntou-se à manifestação. Depois, não sei para quem é que se foram manifestar, mas ele lá se juntou, e lá achou que era boa ideia.

Deputado Rui Acácio, sobre a questão das florestas: eu agradeço-lhe a sua observação, que é muito pertinente, porque, de facto, eu calculo que tenha sido uma comunicação do Município de Pombal à GNR, chamando à atenção para o incumprimento da condição de proprietário que o ICNF tinha relativamente às condições de segurança nas matas nacionais, que possa ter precipitado – que possa ter precipitado, quero sublinhar o “possa”, não sei se foi – e que possa ter suscitado o processo de contraordenação que a GNR instaurou ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, sobre o incumprimento das suas obrigações. O que lhe posso dizer é que o Município acionou os meios que tem à sua disposição para, por exemplo, ver recuperado o património que foi destruído pela má utilização dos meios e o controlo do abate das árvores, onde elas foram feitas, e há, como sabem, infelizmente, muito trabalho para fazer, e já passou este tempo todo. Mas, reparem, não estranhem; eu, há bocadinho, estava aqui a assinar papéis. Sabem o que eram? Hoje é dia 28 de junho, foi o dia que nos deram, depois de sete meses do Leslie, deram-nos doze dias, porque a Lei foi publicada no dia 14 de junho, para ajudarmos as nossas associações a fazerem candidaturas para submeterem os apoios, para serem ressarcidos dos prejuízos do Leslie. Acabava hoje, com os processos a serem tratados aqui, licenciados, tudo em dez dias. Quatrocentos e setenta e seis mil euros (476.000€) de candidaturas – desculpem, trezentos e noventa e sete mil euros (397.000€) de comparticipação da DGAL, duzentos e setenta e oito mil (278.000€) com candidaturas do Centro Recreativo dos Antões, da Associação de Silveirinha Grande e Claras, da Associação da Freguesia do Carriço, da Moita do Boi, da Associação Cultural e Desportiva de Almagreira, da Ilha, do Outeiro do Lourical, dos Vieirinhos e do Grou, com uma comparticipação – já agora, os Srs. Vereadores deram-me essa confiança de apoiarmos em vinte por cento (20%) o conjunto das candidaturas, que no nosso caso são declarações que comprometem o Município em quarenta e dois mil, trezentos e dezasseis euros (42.316€), com as contas que aqui tenho (não sei se estão completas). Seja como for, para se ter esta noção do esforço que fazemos e das condições que nos dão.

Sobre a intervenção da Sra. Deputada Célia Cavalheiro, acerca aqui do Pombal Cup: repare, esta questão das medições destes eventos, é evidente que a participação do público é sempre um bom indicador; mas, a qualidade técnica de quem participa não conta? As vendas que se fazem na cidade, também não contam? O destaque que tem nos média, conta? Já repararam, façam este exercício que eu proponho fazer, vejam lá esta semana que jornais é que fizeram referência a isto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

É uma vergonha, um evento que tem a dimensão que nós reconhecemos, não é de Pombal, é regional, não há referências. Não há referências. Vejam a dimensão. É a origem dos visitantes, é o número – portanto, qual foi o critério que utilizámos? Nós, por regra, utilizamos um critério que já tem algum tempo, começámos agora a evoluir um bocadinho, porque os eventos tinham características diferentes. Normalmente, eram eventos de um dia, muito mais regionais do que nacionais, e estávamos a fazer um apoio de um euro (1€) por atleta, e que normalmente era o apoio que dava para um lanche, mais ou menos. Nós mantivemos o mesmo critério, calculámos que as sessenta equipas tivessem à volta de dois mil atletas – mil e setecentos, mil e oitocentos, por aí – e fizemos um apoio de dois mil euros (2.000€). E tivemos um outro apoio, que teve a ver com as deslocações das equipas principais do nosso país, que mesmo que vendam por muitos milhões os seus atletas, continuam a achar que a sua participação em torneios destes tem que ser suportada, nomeadamente o transporte destes pequenos atletas. E posso-vos dizer, não só é caricato termos que transportar os atletas, como eles não se podem misturar. Portanto, se isto fosse um país a sério, ninguém convidava esses clubes, e eles jogavam sozinhos, ou uns contra os outros, ou então pagavam para vir jogar a estes jogos, isso é que fazia sentido. As pessoas querem vir jogar aqui, têm que pagar, façam como quiserem. Mas, isto é o que nós temos, e começam a incutir isto às crianças. Portanto, dois mil (2.000€) para o apoio à atividade, dois mil e quinhentos (2.500€) para o transporte das equipas, das quatro equipas que puseram isso como condição – Sporting, Benfica, Porto e Sporting de Braga, se a memória não me falha. Portanto, creio que aqui temos essa equidade estabelecida. Deixe-me dizer-lhe que esta situação gerou que, aliás, a Câmara, e eu já tive ocasião de pedir isso também à organização, entendesse que seria totalmente oportuno pedir um relatório à organização, precisamente para depois a Câmara poder apreciar isto e ver em situações futuras como é que pode evoluir.

Sobre as suas propostas, do torneio no Osso da Baleia, de vôlei de praia, é uma proposta para as associações, que é quem organiza e que pode fazer. Deixe-me dizer-lhe que o último que eu me recorde que foi feito lá, julgo que pela Rádio Cardal, teve alguma dificuldade, porque como o plano de praia é móvel ao longo do ano, por causa das marés, nem sempre se consegue manter o campo com as dimensões pretendidas. E portanto, essa é a questão principal, que normalmente faz com que não haja grandes condições. Espero que agora, é expectável que com aquela dimensão do molhe sul no Porto da Figueira, haja mais sedimentação a sul, e que se calhar a nossa praia possa crescer com isso. Vamos lá ver o que é que vai acontecer. Por enquanto, não conseguimos.

Sr. Deputado João Santos, eu acompanhava aquilo que acabou de dizer, dizendo ainda mais duas coisas além dessa. Nós não nos podemos esquecer que logo no início deste mandato legislativo, o primeiro ataque feroz que se fez foi às IPSS's, com a intenção de pôr em causa uma tradição e uma generosidade portuguesa com quinhentos anos, mais de quinhentos anos, de fazer bem ao próximo, assente neste conjunto de pressupostos, e que havia uma parte da esquerda do nosso Parlamento, uma parte bem identificada, que achava que era uma coisa que atentava, e não conseguiu. Mas, voltou outra vez a insistir, muito recentemente, quando a Lei de Bases da Saúde não aparece, e a questão da Lei de Bases da Saúde não era outra coisa que não fosse acabar com as parcerias público-privadas. Era só isso, não era mais nada. Era só isso, não era mais nada. Se juntarmos a isto as escolas, percebemos qual é a agenda que está subjacente a tudo isto, a agenda é pôr o país pior, para haver um voto de protesto. É de uma perfídia, que eu espero que os portugueses todos tenham os olhos bem abertos e percebam aquilo que lhes estão a fazer.

Sra. Deputada Elisabete Alves, sobre as suas questões, vamos começar talvez aqui pelo princípio. Nós temos que separar aquilo que são o Conselho Municipal de Segurança, o Conselho Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, e o Conselho Municipal de Proteção Civil. E



MUNICÍPIO DE POMBAL

como vê, quando se separa isto já nestes três, para começar, metade dos seus problemas já desapareceram. Por quê? Porque estão a ser apreciados nas comissões que especificamente foram criadas para tratar destes assuntos.

Depois, tem que fazer uma separação também inequívoca sob o ponto de vista funcional e orgânico – o próprio Governo o faz – entre aquilo que é a safety e aquilo que é a security, que são coisas distintas, e não cabe tudo no nosso Conselho de Segurança. São coisas distintas. Eu não usava o tom tão alarmista que usou; aliás, se tivesse visto a forma entusiasmada com que o Sr. Ministro da Administração Interna apresentou o relatório de segurança interna, apresentado na semana passada, com os indicadores perfeitamente contrários àqueles que acabou de dizer, ficaria bastante mais tranquila enquanto portuguesa. Nem eu, que acabei de estar com o novo Comandante Distrital da Guarda Nacional Republicana, o Tenente Coronel Manuel Carlos Afonso, e com o Superintendente Quinteiro, da Polícia de Segurança Pública, fiquei com esse nível de preocupação que aqui apresentou. As situações pontuais não podem ser identificadas como situações gerais. Deixe-me dizer-lhe que a Comissão Municipal de Proteção Civil reuniu de emergência em outubro por causa do Leslie. Portanto, as coisas funcionam quando têm que funcionar. Vai-me dizer: justifica-se que funcione, e que tenha uma agenda? É verdade. Agora, uma coisa é termos as coisas sob o ponto de vista ordinário, e outra coisa é termos as coisas sob o ponto de vista extraordinário. E sabe que nestas matérias, não é com o alarme, não é porque no meio de uma bebedeira uma pessoa A, B ou C dá três bofetadas noutra – primeiro, que é uma novidade, se ficasse nas festas até ao fim saberia que normalmente é assim que as festas acabam, dizia-se antigamente até que as boas festas acabavam assim. Portanto, é da cultura portuguesa. Também é verdade – e aqui é apenas para brincar – que nem sempre o Presidente da Junta da Pellariga escolhe o melhor vinho. Também é verdade, pode acontecer que tenha sido um problema da qualidade do vinho. Mas, repare, não podemos confundir essas circunstâncias com problemas, por exemplo, mais crónicos, como temos na nossa cidade, com estabelecimentos licenciados que têm frequência que dá algum tipo de problemas, e que tem reclamações dos vizinhos. São situações muito pontuais que são acompanhadas, mas que, repare, não são matérias – é evidente que o Conselho tem que funcionar, mas são matérias que podem ser tratadas de forma adequada. Não estou muito preocupado; tem que funcionar, tem razão, não tem funcionado, faz sentido que funcione, existe para funcionar, mas não identifico assim nenhuma matéria – falou-me aqui de posse de armas, rixas de grupos de risco, integração dos imigrantes, a questão dos incêndios, tomei aqui essas notas todas. Como lhe digo, não tenho, e recebo esta informação com muita frequência. Aliás, repare, continua a existir aquilo que antigamente era presidido pelo Governador Civil, que era o Gabinete Distrital de Segurança Interna, que é presidido pelas forças de segurança, que podem eventualmente contactar os Municípios para alguma intervenção conjunta. Não tem tido, mesmo com estas relações próximas – ainda a semana passada se comemoraram, se a memória não me falha, os cento e quarenta e seis anos da Polícia de Segurança Pública, e nenhuma referência especial acerca dessa atipicidade, bem antes pelo contrário, no nosso caso o nosso concelho até tem trabalho muito importante. Acho que é mais uma questão de prevenção do que propriamente dessa repressão.

Dra. Conceição Anastácio, muito obrigado pelas observações que fez, quer sobre as obras completas do Marquês de Pombal, que estão já a trabalhar, quer por aquilo que, de facto, é o trabalho e o reconhecimento da obra notável do Dr. Joaquim Eusébio relativamente aos ciclos dos painéis na Igreja do Convento, e aquilo que nos deixou.

Sr. Deputado Humberto Lopes, relativamente à questão da médica: enquanto aqui estava, eu remeti um SMS ao Dr. Pedro Sigalho, perguntando-lhe, que acabei de saber isto, diga-me lá se há



MUNICÍPIO DE POMBAL

novidades. E portanto, espero que ele me responda, podemos depois, mais tarde, fazer uma ligação para tentar saber. Também me apanhou desprevenido, não fazia ideia – aliás, também não tinha que fazer, porque o contrato não é feito por nós, mas ainda bem que me avisa, porque também o que podia ser possível é estarmos a pagar a renda sem a casa ser precisa. Isso, a ARS é capaz de se esquecer, porque ninguém tem isso no seu conteúdo funcional, e portanto, aquilo fica esquecido.

De resto, agradecer as palavras da deputada Nicolle Lourenço, nas matérias da cultura.

E à Junta de Freguesia, ao Sr. Presidente da Junta, relativamente à colaboração também para os vinte e oito anos de elevação da cidade de Pombal. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Presidente.”

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada.

Vamos entrar, então, no Período da ordem do dia. Eu não dei a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto porque o Sr. Presidente encerra esta ordem, o Sr. Presidente é o último a intervir.

Então, neste ponto, Sr. Presidente, quer apresentar a sua informação, que foi distribuída pelos Srs. Deputados? Então, vamos às intervenções neste ponto. Quem é que se inscreve no Ponto n.º 2.1? Há alguma intervenção? Sr. Presidente Gonçalo Ramos, Sr. Deputado Pedro Pimpão.

Começa o Sr. Presidente Gonçalo Ramos.”

Gonçalo Ramos (Presidente J.U.F. Guia, Ilha e Mata Mourisca, NMPH):

“Muito boa tarde, Sra. Presidente da Assembleia, antes de mais cumprimentá-la, e os secretários da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara e os vereadores, caros deputados e público aqui presente, e comunicação social.

De facto, a intervenção que vou fazer resume-se aqui às problemáticas da zona oeste e da União de Freguesias, mas eu não queria começar sem também demonstrar aqui a solidariedade da União de Freguesias para com a temática aqui já discutida, e dizer que estamos juntos nesta luta, e de facto, o papel desta Assembleia é um bocadinho esse, e nós somos mais um.

Depois, no que concerne às preocupações da freguesia, todas as freguesias têm, evidentemente, preocupações. Eu queria começar por deixar aqui uma nota de agradecimento ao Sr. Presidente e ao Sr. Vereador por se terem disponibilizado para visitar a freguesia durante a semana que corre, porque, de facto, é importante haver esta presença no terreno, para que as temáticas que nós temos, as preocupações que nós temos, as estratégias que queremos desenvolver possam ser analisadas no terreno e vistas no terreno também. De facto, acho que é uma mais valia.

E eu ia resumir a minha intervenção a duas delas, a começar na tradicional problemática relacionada com o saneamento básico, onde quero registar com agrado os últimos feedbacks relativamente aos projetos que estão para, a curto prazo, serem lançados, quer na Mata Mourisca, na zona de Foz, Casalinho da Foz, Vale das Moitas e Águas Belas, e na zona da Ilha também. Mas, deixar aqui, de certa forma, uma sugestão e um pedido, para que, à semelhança do que foi feito na zona limítrofe do concelho com o Concelho de Leiria, na região, mais concretamente, de Água Formosa e Helenos, e também, de certa forma, a pedido, pelas várias reclamações que temos tido dos habitantes daquela região, saber se, de certa forma, há aqui margem para utilizar essa via negocial que foi, e bem, utilizada então, para a totalidade dessas localidades, até pelo volume habitacional e populacional que têm. De certa forma, deixar aqui essa questão no ar, porque, de facto, é uma zona que tem alguma expressão em termos



MUNICÍPIO DE POMBAL

populacionais, e as pessoas têm-me sugerido e pedido, de facto, que eu encaminhe esses pedidos aqui em sede de Assembleia.

E depois, registar também com agrado nas informações do Presidente, na pág. 79, onde diz que a Câmara tem esta vontade de continuar os trabalhos no âmbito da futura expansão da zona industrial da Guia, que é uma medida que nós, como é evidente, aplaudimos, é um objetivo comum da Junta de Freguesia e também da Câmara Municipal. Do ponto de vista estratégico, não temos dúvidas nenhuma de que é uma medida importantíssima, mas que de certa forma vem aqui também encorpar uma outra necessidade que, em termos estratégicos, pode ser uma mais valia no futuro, que tem a ver com a criação da ligação da rotunda da A17 à 109, por dois aspetos muito importantes, que nós entendemos que devem ser mencionados nesta fase, que têm a ver com a criação de melhores acessos àquela zona industrial, agora aumentada e com muito potencial para continuar esse crescimento, e de certa forma também para retirar o trânsito de pesados da Vila da Guia, que todos os dias, como todos nós conseguimos verificar, causa danos e atrapalha ali o trânsito com muita substância.

E eram estas as duas situações que eu queria deixar aqui, para que o Sr. Presidente também pudesse, no fundo, neste tema final, nos dar aqui um ponto de situação em relação a esse projeto da criação da ligação da A17 à rotunda na Nacional 109. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Presidente. Sr. Deputado Pedro Pinto, se faz favor.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Sra. Presidente, eu pedi a palavra neste ponto para lhe dizer que o Grupo Municipal do CDS vai repensar muito seriamente sobre a continuidade no órgão, porque, de facto, é lamentável que nos impeça... (intervenção inaudível).”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Deputado, vamos lá ver se nos entendemos: o Sr. Presidente é o último a usar da palavra para responder aos Srs. Deputados, entenda isto. Desde o início que é assim. E não lhe respondo mais, e vamos continuar com este ponto. Sr. Presidente Humberto Lopes.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sra. Presidente.

Neste ponto, também aproveito aqui a informação que o Sr. Presidente nos dá, na pág. 55, para falar num projeto, Eco-Freguesias XXI, e enaltecer e agradecer pelo apoio e a parceria do Município com as freguesias do Concelho de Pombal, que nos levou – e é esse agradecimento que eu faço aqui, porque se percebeu que neste ponto também, na parte ambiental, esta parceria que tem, e que existe, e que vai continuar a existir certamente, entre freguesias e Município, deu os seus frutos. E lembro aqui as Freguesias de Almagreira, de Carnide, Carriço, Louriçal, Meirinhas, Pombal, Guia, Ilha e Mata Mourisca, e frisando aqui Pombal, porque Pombal, na classificação segundo os itens da Eco-Freguesias XXI, foi a segunda melhor do país, e isto é um motivo de orgulho para todas as freguesias, como é para a Freguesia de Pombal e para todas as outras freguesias que também concorreram, porque como é óbvio, concorreram onze freguesias do nosso concelho a este projeto, e certamente para o ano iremos ter muito mais bandeiras verdes. Quando eu falo em bandeiras verdes, o que nos preocupa – e falo aqui um bocadinho pelos Presidentes de Junta – não é a bandeira em si; ou seja, é o símbolo. E nós, com aquele símbolo, percebemos que, depois, questões como o saneamento têm todo o significado. Ou seja, nós conseguimos dizer às pessoas que a qualidade de vida daquelas pessoas que vivem naqueles territórios e nas nossas freguesias pode melhorar, e é para isso que nós estamos lá, que demos a cara por um projeto, fomos eleitos, e estamos lá para defender aquelas pessoas. A parte ambiental tem ligações com várias áreas. O saneamento básico, que é outra preocupação que nós



MUNICÍPIO DE POMBAL

temos também na Freguesia de Almagreira, gera e colide ali com a Ribeira de Carnide, com os lugares limítrofes que o Gonçalo falou há bocadinho, é uma preocupação nossa também – eu sei também que os projetos estão feitos, que a candidatura a fundos tem algum problema, e também é um apelo que eu faço, porque aí está, as pessoas, quando veem uma bandeira, a seguir vêm-nos pedir o resto, e o resto é o saneamento.

Outro agradecimento tem a ver com os ecopontos, que também vem numa sequência. Nós, nos últimos tempos, conseguimos colocar mais seis ecopontos em lugares como Almagreira, Passo, Bonitos, S. João da Ribeira, Chãs e Penedos. Como é óbvio, agora tenho os outros lugares que não têm ecoponto a criticar e a dizer: “Por que é que o meu lugar, a minha aldeia, não tem ecoponto?” E quando nós dizemos que somos uma Eco-Freguesia, temos que ser coerentes. Temos uma Ecoescola, o Centro Escolar de Almagreira tem uma Ecoescola, em que as nossas crianças estão a ser educadas, e bem, com ações de sensibilização, com os técnicos do Município a fazer um trabalho excelente nesta área de sensibilização, de formação em casa, o objetivo é também ter Eco-Famílias e Eco-Funcionários, temos que ter uma política abrangente. E eu falo aqui nos lugares de Gregórios, Netos, Vascos, Lagares, Carrascos, Pingarelhos e Vale de Nabal, que é outro pedido que nós também temos feito, para também terem ecoponto. Eu sei que a Valorlis, que é a unidade responsável por esta problemática, por esta resolução, cinge-se muitas vezes a números, ou seja, vê um raio e naquele raio vê o número de habitações e o número de possíveis utilizadores. O apelo que eu faço, e outras freguesias farão o mesmo, certamente, é que é um sinal – ou seja, não é o custo em si daquele equipamento, mas é um sinal que estamos a dar à população, em que, no fundo, o ambiente é o nosso presente, irá ser o nosso futuro, e temos que ter muito cuidado na sua preservação. E é esse cuidado, a tal sigla dos três R's – reciclar e reutilizar – vai ter que ser posta em prática. E posta em prática, são estas pequenas ações que têm sido feitas, e eu apelo, e quero enaltecer também o trabalho dos técnicos do Município e a ajuda que têm dado.

Agora, passando para outro assunto que já foi aqui abordado, que é a floresta, que também nos preocupa, e agradecer já, na pessoa do Eng.º Pedro Murinho e do Eng.º Nuno Mota, um trabalho que já foi feito na freguesia. Ou seja, aquela faixa que nos preocupava, e já o disse na última Assembleia Municipal, o limite de freguesia, o limite do concelho com Soure, ficou resolvido. Aqueles caminhos florestais que tínhamos lá, que fazem extrema e que nos protegem dos incêndios que vêm de norte, ficaram resolvidos. Nós “roubámos” ao José Manuel uma máquina que andava ali numas obras do Lourical durante uns dias, mas foi por uma boa causa – ou seja, a boa causa foi limpar e requalificar aqueles caminhos florestais que ligavam ali os Carrascos a Chãs, a Vale de Nabal, a Barbas Novas, e a Borda do Rio. Está feito. O que eu peço, e já o tive também que defender na última Assembleia de Freguesia, é o restante. Ou seja, quando nós, Presidentes de Junta, conseguimos convencer, e temos cada vez mais a população do nosso lado na defesa da nossa floresta, porque só assim é que ela é rentável, é o tal plano, as ferramentas, as Juntas certamente que estão disponíveis para ajudar o Município com acordos de colaboração, se for mais fácil. Ou seja, o que eu quero dizer é que é um assunto que nos preocupa. Até hoje o calor tem estado sossegadinho, mas sabemos que a qualquer momento podemos ter aqui problemas. E depois, tenho a parte central e sul da freguesia, que precisa urgentemente de uma intervenção nos caminhos. E sei perfeitamente que não é exequível, muitas vezes coloca em causa o desenvolvimento de trabalhos de requalificação de caminhos, de ir buscar aquelas máquinas, um ou dois dias, que é assim que temos feito, é quase o “desenrasca”, que não tinha que ser assim. E o apelo que eu faço, no fundo, é o tal planeamento, que eu continuo aqui a debater.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Agora, muito rapidamente também, já falei aqui há bocadinho, transportes escolares, só uma nota, também uma preocupação que já nos fizeram chegar à Junta, eu falei há bocadinho na questão do Instituto porque depois isto está tudo ligado. Ou seja, quando nós dizemos que queremos o desenvolvimento de um território, e dos territórios rurais, e das nossas freguesias, temos que ver a política como um todo. Ou seja, quando se fecha uma escola, ou se fecha uma unidade de saúde, percebe-se que as populações vão deslocar, as famílias vão deixar de viver naqueles lugares. E o apelo que eu faço ao Município é a questão dos transportes. Temos um problema no Instituto, teremos certamente um problema na Redinha, e temos o problema da Transdev. Eu também convido, porque a informação é pública, a irem consultar o site da Transdev, e perceber os horários que estão no site da Transdev. Qualquer pai, se quiser inscrever, imagine, um filho dos Bonitos, ou de S. João da Ribeira, ou das Barbas Novas, agora aqui em Pombal, certamente tem que perceber como é que o filho vem para a escola. À data de hoje, se forem consultar os horários, essas duas paragens nem estão criadas pela Transdev. Que eu saiba, até à data, é a concessionária daquela rede – ou seja, não é do Município, as pessoas também têm que clarificar, a responsabilidade do transporte não é do Município. É esse apelo que eu faço também à Câmara, é que verifique caso a caso, e com esta nova realidade, estas paragens, a questão dos horários, a questão do almoço, porque isso preocupa os nossos fregueses e os nossos clientes, todos os dias, e nós estamos cá para trazer essas preocupações. Obrigado, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, caro Presidente. Presidente, tem alguma coisa a dizer agora, neste ponto?”

Presidente da Câmara Municipal:

“Tenho sim, senhora.

Muito obrigado pelas vossas perguntas, vou ser muito breve e muito rápido, direto aqui aos temas.

Ao Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, eu estive com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente na passada terça-feira, e confirmam-se as nossas piores expectativas, de facto: é que não há revisão das dotações orçamentais do PO-SEUR para financiar obras de saneamento, que não vamos ter acesso a esse dinheiro, e portanto, vamos ter que acionar os mecanismos que tínhamos pensado, que é o de fazermos empréstimo bancário para suprir aquilo que são os próprios compromissos que o Estado Português assumiu com Bruxelas, de garantir pelo menos a noventa por cento (90%) da população portuguesa o serviço de drenagem de águas residuais. E vamos ter que o fazer. E portanto, nós temos nesta altura projetos para nove milhões de euros (9.000.000€) de obra.

Sobre a sugestão utilizada na Água Formosa, o critério que nós usámos na Água Formosa é o critério que já usámos em todo o lado, é o critério da bacia. Se eu tenho uma bacia que, naquele caso, é um dos limites da bacia do Rio Lis, que drena para sul, para a zona do Lis, é evidente que seja um disparate não utilizar essa mesma bacia. É o que temos feito em toda a rede do território. É evidente que em muitos casos fica dependente da existência de soluções do lado de lá da fronteira administrativa, neste caso do lado de Leiria, porque a solução que usámos na Água Formosa tinha essa característica. Portanto, o critério que utilizaremos será exatamente o mesmo.

Na expansão da zona industrial da Guia, nós estamos a acabar as últimas aquisições, os últimos quatro terrenos dos cerca de seis hectares, faltam-nos quatro – em dois não estamos a conseguir identificar os proprietários, em dois estamos em negociações para fora do país, porque os senhores não estão cá. E portanto, espero que se resolva. Mas, Sr. Presidente, nós aqui ainda temos que lançar e adjudicar as obras do Centro Escolar da Guia, que são dois milhões



MUNICÍPIO DE POMBAL

(2.000.000€), devemos acabar as obras da N109, porque temos aquele problema da rotunda norte, temos as obras de saneamento que vamos ter que lançar cá em baixo, no Casalinho da Foz, por aí fora, que são mais quase dois ponto dois milhões de euros (2.200.000€), e lançámos já há três ou quatro anos, de facto, com a Junta de Freguesia, a possibilidade de começarmos a fazer as aquisições das parcelas para implementarmos a estrada de ligação da A17 à Estrada Nacional 109. Esse processo, como sabe, é um processo que depois da revisão do PDM ficou um bocadinho melhorado, porque a infraestrutura não pôde ser incluída na revisão do PDM, só as vias existentes é que podiam ser, e portanto, obriga, entre outras coisas, a um estudo de impacto ambiental, que é um processo caro, demorado, e que, entretanto, teremos que o lançar.

Sobre as Eco-Freguesias, Sr. Deputado Humberto Lopes, aquilo que eu gostava mesmo era que nós fôssemos o primeiro Município português a ter todas as freguesias como Eco-Freguesias. Esse é o desafio, e por isso nós o incluímos, porque eu acho que mais importante do que a bandeira, como dizia o Sr. Presidente da Junta, e muito bem, é a prática, é o compromisso, é a afetação das políticas para esse objetivo. E portanto, isso eu acho que é uma coisa muito importante, e termos condições para o fazer da melhor forma possível.

Quanto à questão dos transportes escolares, reparem o anacronismo que a Legislação nos traz: nós hoje estamos a discutir o despacho que altera o número de turmas para este ano nos estabelecimentos de ensino cooperativo, e em maio já abrimos o concurso público para contratar os transportes escolares, porque é isto que a Lei determina. E quando os pais souberem quais são os horários, nós ficamos a saber que vamos ter crianças, alunos, jovens, a dez, doze, quinze quilómetros de casa, que vão ficar a tarde toda na escola porque não têm autocarro a meio da tarde. Esta é a realidade que nós temos. E em vez de aproveitarmos o facto de termos poucos alunos para dizermos assim: “Nenhuma escola fecha depois das quatro e meia; almoçam todos na escola”, e o período letivo tem que servir para aqui, e o que tiver que ser modificado para cumprir este desígnio, que seja, mas não, fechamos escolas, dizemos que reduzimos as turmas, que depois é tudo a fingir, porque se reduzirmos as turmas em uma ou duas crianças, precisávamos de ter vinte turmas do sétimo ano para criar mais uma. Portanto, tiramos os miúdos de lá, deve ser isso a redução das turmas, porque para criar uma turma que resulta do somatório dos alunos que são dispensados das outras, preciso para aí de vinte. É tudo a fingir, atira-se isto para o ar, “vamos reduzir as turmas”. Então, aqui nas escolas do Concelho de Pombal quantas é que vão reduzir? Zero, é tudo a fingir. Mas, há alguma escola que tenha vinte turmas, ou quinze turmas no quinto ano, ou no sexto, ou no sétimo? Ninguém tem. Portanto, isto é tudo conversa fiada, porque quando for preciso ter os alunos, porque não há alternativa, é lá que eles ficam. E andamos nisto; andamos nisto, atrás destas “patacoadas”.

É como a história dos contratos dos autocarros. Então, digam-me cá uma coisa: se nós não usarmos a rede existente, que tem concessões para trazer os transportes escolares, e podíamos fazê-lo, abriríamos um concurso público para selecionar quem fazia os transportes escolares, de segunda a sexta, no período escolar. Quem é que a seguir asseguraria os transportes públicos do Concelho de Pombal? Quem é que acha que há negócio que justifique a existência de transportes públicos para servir a população toda? Ninguém. Por quê? Porque não há negócio. O maior cliente é a Câmara, que paga os transportes escolares todos. E vivemos neste país, que diz: “Os senhores não podem fazer um ajuste direto.” Se eu não faço um ajuste direto a quem tem a concessão para encaixar os alunos, para serem transportados nos horários que existem, como é que faço? Nós fazemos concursos. Portanto, esse é um problema altamente complexo. Eu acho que, objetivamente, não é resolvido porque não se quer resolver. Vamos falar sério: o problema é resolvido quando se disser: “Meus amigos, as aulas começam às oito e meia e acabam às quatro e meia, e neste período de tempo os senhores vão ter que encaixar tudo.” O que é que acontece



MUNICÍPIO DE POMBAL

no Louriçal? É isto. O que é que acontece em Albergaria dos Doze? É isso. O que é que acontece nas Meirinhas? É isto. O que é que acontece na Redinha? Era isto. E tudo era organizado desta maneira. É impossível? Não é impossível. “Para isso, tínhamos que construir mais salas.” Então, o que é que é o elemento, ou quais é que são os elementos mais importantes para a nossa oferta de educação no ensino público? É só o ter, ou é ter bem? É o ter bem – as instalações, os horários, as refeições, a participação dos pais, o comportamento dos alunos, o sucesso escolar. Esses são os elementos que nos interessam. Nós, pelos vistos, andamos para trás, e agora bastanos ter. Não, “levanta-se às sete da manhã, e tal, mas vais ter sucesso escolar. Não tens atividade desportiva, vais chegar às sete da tarde a casa, não tens atividade desportiva porque vais chegar muito cansado, não estás para isto. Os teus pais vão estar de cabeça em água, porque saíram de manhã, doze horas antes...”, e depois é isto que é a família. Isto é a família, é a família portuguesa, e depois hão de se dar todos muito bem. É o que estamos a fazer. E depois vamos dizer que o importante é poupar os oitenta mil euros (80.000€) na turma, ou o que quer que seja. Pronto, ninguém diga que não sabe o que está a fazer, ninguém diga que não sabe quais são as consequências, ninguém diga que não sabe o que é que isto vai dar. Vai dar mau resultado; está a dar mau resultado, e vai dar mau resultado. E começa a dar resultado primeiro nos territórios, e depois dá mau resultado em casa das pessoas. Mas, pelos vistos é muito mais importante tratar bem dos cães e dos gatos do que das crianças. Em bom rigor, há mais cães e gatos em casa das pessoas do que miúdos, portanto também não se estranha a matéria. E é isto que nós temos. É isto que nós temos. São seis milhões, e crianças são para aí dois milhões, é um para três.

Portanto, Sr. Presidente, eu vivo com estes constrangimentos. Eu não posso abrir um concurso para transportes escolares depois de saber – até porque, como sabem, havemos de chegar a setembro e os horários de algumas escolas públicas ainda não estão fechados, ou outubro, e ainda vão haver alterações, correções e por aí fora. Ainda vamos ter esse problema. Portanto, isto é difícil. É difícil. E também não é com o modelo de descentralização que vamos ter que as coisas ficam melhores, porque nós passamos apenas a limpar chão, a tratar de obras e a responder aos recados. Reparem, a Câmara de Coimbra – que é o Presidente da Associação Nacional de Municípios – esta semana, apreciou a proposta de descentralização na saúde e na educação. Sabe qual foi a decisão da Câmara de Coimbra? Chumbou. Que proposta tão boa, não é? Que proposta tão boa. Chumbou. E é assim que nós estamos. E ainda não estamos a fazer as contas às mil escolas que estão a ser transferidas, que têm três mil e quinhentos edifícios, e que se cada uma só custar um milhão de euros (1.000.000€) para arranjar, são mil milhões de euros (1.000.000.000€). Vão lá ver isso no Plano Nacional de Investimentos, se está lá alguma verba. Não está. Vão lá ver se nos fundos comunitários está alguma verba, no 2030. Não está. Vão lá ver se no Orçamento de Estado está alguma verba para isto. Não está. Portanto, tomem lá, e depois, olhe, em bom português – e desculpem – “desenrasquem-se como puderem”. E é isto que estão a fazer ao país, é isto que nos estão a fazer. E não digam que ninguém viu; toda a gente já percebeu, é isto que está a acontecer. Não vale a pena ficarmos aqui reféns. As ideias são boas, mas se não tiverem meios, passam a ser más ideias. O princípio continua a ser bom, mas se não tivermos os meios, as coisas não vão correr bem. Eu vou fazer propostas aos Srs. Presidentes de Junta para lhes transferir competências se não lhes der os meios? Eles têm frontalidade suficiente para dizer: “tu és um gajo porreiro, mas é evidente que não quero”. Não quero, não vou assumir um compromisso quando sou incapaz de o cumprir bem. É isso.

E portanto, Sr. Presidente, eu percebo a indignação dos pais, percebo tudo isso, mas, de facto, temos que ser muito seletivos na identificação daquilo que são as competências de cada um. E eu sei que esta questão da educação tem como propósito fundamental introduzir uma grande confusão, ainda maior, na cabeça das pessoas, para dizer: “Afinal, isto é, ou não é do



MUNICÍPIO DE POMBAL

Município? É do Município, mas é só para substituir o autoclismo, e arranjar a porta, e arranjar a lâmpada”, porque esta questão já não é nossa. Pronto, é isto; foi isto que o país decidiu, cumpra-se. Agora, percebamos todos as dificuldades que isso nos traz e as incompreensões que vai trazer para as Autarquias Locais, e a modificação substancial das nossas prioridades, porque nós, que temos consciência e sabemos a importância que estas coisas têm, no final vamos dizer assim: “Isto não é a nossa responsabilidade, mas é importante para a nossa população.” E quem está a tomar esta decisão sabe que nós pensamos assim, e sabe que nós atuamos assim, e sabe que quando for preciso é isso que nós faremos, o que ainda faz da proposta ainda menos honesta do que ela deveria ser originalmente. E portanto, o país assim não anda bem. Peço desculpa, mas eu, entretanto, terei que sair para a cerimónia. Muito obrigado.”

Ponto 2.2. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais – Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio – Domínio da gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários, e da gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sim. Então, agora vai assumir a presidência o Sr. Vice-Presidente.

E vamos entrar no Ponto n.º 2.2, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a transferência de competências para os órgãos municipais – Decreto-lei n.º 72/2019, de 28 de maio – Domínio da gestão das áreas afetas a atividade náutica e de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais, principais ou secundários, e da gestão das áreas sob jurisdição portuária, sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva, e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária.

Neste ponto, alguém se inscreve? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Sra. Presidente, eu ainda antes de ir a este ponto, queria apenas dizer-lhe, de uma forma mais ordeira, que há pouco a minha intervenção vai decorrer ao abrigo do art.º 38.º, n.º 3, por desrespeito do n.º 4 do mesmo artigo. Era só isso que eu queria dizer. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Ofélia Moleiro.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Sra. Presidente, o Sr. Presidente da Câmara agora ausente por outros compromissos já me deu a deixa para a intervenção que queria fazer, uma intervenção baseada em pequenas notas de reflexão, e que são prévias aos pontos todos que se seguem ao Ponto n.º 2.8 (inclusive), e que eu, em nome do meu Grupo Municipal Narciso Mota – Pombal Humano, vou aqui apresentar algumas notas prévias sobre estas questões da descentralização, e depois votaremos, então, ponto a ponto, cada uma das propostas da Câmara.



António
Manuel
António

MUNICÍPIO DE POMBAL

Antes de dizer respeito a algum ponto, nós andamos aqui há quase um ano – se não é há um ano, já não sei – Assembleia após Assembleia, com uma lista que nos é proposta pela Câmara Municipal para rejeição de transferência de competências da Administração Central para a Câmara Municipal. Tudo isto é um paradoxo para mim, e com certeza para todos nós, porque nós, autarcas – e muitos de nós já são autarcas em várias dimensões da autarquia há muito tempo – temos lutado pela descentralização como um paradigma do desenvolvimento deste país, por ser a proximidade ao cidadão, os Presidentes de Junta ouvem os vizinhos, nós nas Câmaras ouvimos os munícipes, e sabemos, acho que já está provado mesmo, que cada euro gasto por uma autarquia seria três euros (3€), ou mais – já não sei como é que está a estatística – se fosse pela Administração Central. Então, nós andamos estes anos todos à espera da descentralização. Paradoxalmente, a descentralização vem – aliás, com um acordo entre o PS e o PSD – e chegamos um Diário da República, mais um Diário da República, mais um Diário da República, regulamento disto, daquilo e de acolotro, e o que é que vem? Vêm atividades administrativas, administrativas, administrativas, obras, obras, obras para fazer, reparações e reparações; pacote financeiro, nem vê-lo. E portanto, paradoxalmente, nós, que somos e sempre fomos pela descentralização como um bem para os concelhos, somos obrigados, em consciência, a votar contra esta descentralização concreta – não é a verdadeira, a que nós queremos; é contra esta.

E por isso, no que diz respeito, eu penso que isto é o país do faz de conta, já aqui há bocado foi referido, faz de conta, durante este ano em que anda a sair no Diário da República, faz de conta que Portugal está a fazer uma descentralização da Administração Central para os Municípios portugueses. Faz de conta. Então, vamos fazer de conta, mas connosco não contam.

E portanto, no que diz respeito aos Pontos n.º 2.2, 2.3 e 2.8, que são competências a transferir para a Câmara Municipal, então o Ponto n.º 2.8 é de rir, porque é sobre as vias fluviais transitáveis aqui por barcos, acho que há cruzeiros aqui no Rio Arunca, deve haver, porque vem essa transferência de competências. Então, no que diz respeito aos Pontos n.º 2.2, 2.3 e 2.8, que são competências para a Câmara Municipal, o nosso voto será evidentemente a favor da proposta da Câmara.

Depois, há uma série de competências, dos Pontos n.º 2.4 a 2.7, que se trata de transferências de competências para a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, que declarou – ainda hoje recebemos esse documento – não afetar o seu Orçamento a transferência dessas competências, não prejudicar a sua estrutura de custos, pelo contrário, beneficiar a sua coordenação do território e colaboração, mas como para receber essas competências é necessária a votação em cada um dos Municípios, então vem aqui hoje à Câmara Municipal, e nós votaremos também a favor das propostas da Câmara Municipal nesse sentido.

E sobre todos estes pontos, Pontos n.º 2.2 a 2.8, é o que se nos oferece dizer. Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Mais alguém quer usar da palavra neste Ponto n.º 2.2? Sr. Deputado Manuel António, se faz favor.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“É só para dar a indicação de que a Bancada do PSD vai, naturalmente, associar-se à posição do Município, e continuar a lamentar que, tal e qual como nesta intervenção da Dra. Ofélia, este processo de delegação de competências, que tinha tudo para ser um bom processo, tenha nascido tão mal, e que seja, ano a ano – ou seja, nós, no fundo, vamos chumbar a possibilidade, ou estamos também a associar-nos, rejeitando a aceitação da delegação de competências para 2019. E isto vai acontecer provavelmente noutros pontos, em 2020, enquanto não se conseguir perceber quais são os envelopes financeiros que sustentam todo este processo, como o Sr. Presidente da Câmara há pouco anunciou, nomeadamente na área da educação, em que vai haver, quer



MUNICÍPIO DE POMBAL

edifícios para aceitar, quer assistentes operacionais e assistentes técnicos, toda uma realidade de funcionamento da educação, e depois também na saúde, que vai ser o grande busílis da questão. Por isso, enquanto não se perceber com que dinheiro é que se vai conseguir aceitar estas delegações de competências, acho que é de bom senso salvaguardar a situação municipal naquilo que será a assunção de responsabilidades desta dimensão.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto, se faz favor.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Obrigado, Sra. Presidente. Agora sim, sobre este ponto, para manter a coerência sobre a minha posição, que já o transmiti noutra fórum, relativamente a este assunto, não é, para a maioria dos Municípios, estranho que a delegação de competências, que é uma luta que se tem vindo a desenvolver há uns anos a esta parte, relativamente à descentralização de competências, e penso que tem sido basicamente unânime por todos os Partidos que concordam com essa descentralização, mas depois nunca se concorda absolutamente com os seus termos, e andamos aqui toda a vida a dificultar as coisas para, na minha ótica, estar a renegar o futuro e estar a adiar aquilo que seria uma preparação para aquilo que vai ser uma realidade num futuro muito próximo. Quero dizer que estranho que o Município, nomeadamente e neste caso em particular o de Pombal, assuma determinadas competências do Governo Central, em muitas matérias, quando o Governo não lhe pede para o fazer, nem lhe diz quando é que vai pagar, mas recusa-se a aceitar competências quando o Governo lhe diz que lhe vai pagar qualquer coisa para ele as fazer. E dou exemplos: na educação, com a construção dos polos escolares – e não estou a pôr em causa as medidas, atenção – nos Centros de Saúde, nos polos de saúde, nas questões das estradas em que também já intervimos, nas estradas nacionais. E portanto, aí o Governo também não disse que ia pagar, mas o Município, com responsabilidade de decisão mais próxima dos seus representados, assumiu essa responsabilidade, porque entendeu que essas obras eram necessárias, e eram prementes para o desenvolvimento do território. Neste caso em particular, o Município não está a ser coerente, nomeadamente em algumas matérias, naquelas que são transversais e que são mais importantes para aquilo que nos diz respeito, não é nesta dos portos, mas na educação, na saúde, eu acho que estamos apenas a adiar aquilo que é o futuro, e o futuro é já ali. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Elisabete Alves, tem a palavra.”

Elisabete Alves (PS):

“Muito obrigada, Sra. Presidente. Eu era para intervir no ponto seguinte, mas, efetivamente, posso intervir neste, porque, realmente, este ponto, tal como os que se seguem, a nossa posição é votar favoravelmente a proposta da Câmara. Enfim, nós somos a favor de aproximar cada vez mais os serviços das populações; no entanto, entendemos, então, votar favoravelmente esta proposta da Câmara Municipal de Pombal, em para já não aderir à transferência de competências nesta área, e na outra do Ponto n.º 2.3, e também do Ponto n.º 2.8, atendendo à enorme discrepância – neste caso em relação ao ponto seguinte – a discrepância entre os valores previstos pelo Ministério da Educação e os apurados pelo Município. E parece-nos que será mais sensato aguardar pela clarificação destas divergências, para que depois possamos fazer a adesão a estas competências, garantindo a boa qualidade da prestação das mesmas.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Dou agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Pedro Murtinho.”

Pedro Murtinho (Vice-Presidente da Câmara Municipal):

“Muito obrigado, Sra. Presidente. Cumprimento todos os Srs. Deputados, espero estar à altura daquilo que esperam de mim na ausência do Sr. Presidente. E portanto, vou tentar responder, de



MUNICÍPIO DE POMBAL

certa forma, às questões que me forem colocando. É certo que neste ponto não foi colocada nenhuma questão em particular, mas pela reflexão também que a Dra. Ofélia aqui nos fez, e a abordagem que o deputado Pedro Pinto também aqui nos apresentou, e porque ela se torna generalista aos três processos de descentralização de competências que aqui temos para nos pronunciarmos relativamente às autarquias, eu quero aqui só dar nota de uma situação que a mim me traz maior preocupação. E como o Sr. Presidente dizia há pouco, antes de sair, acho que ninguém desta sala se atreve a dizer que o processo de descentralização não é uma boa ideia. Como o caro colega Pedro Pinto aqui dizia há pouco, o Município de Pombal, em algumas matérias, tem realmente se substituído ao Estado, nomeadamente nas matérias da educação, como fez na Escola Secundária da Guia, nas matérias da saúde, como são exemplos na Guia, aqui em Pombal no Centro de Saúde, em Almagreira, e em vários exemplos que nós poderíamos dar aqui, nas matérias das vias de comunicação, são muitos. Mas, são muitos por quê? E por que é que a ideia é boa, de descentralização? Porque a descentralização de competências visa dar maior proximidade aos cidadãos na resposta que os Municípios podem dar, e que as freguesias podem dar. Mas, como dizia também o Sr. Presidente, há pouco, não há boas ideias sem meios, e é disto que estamos a falar. E portanto, não havendo meios, nós não as podemos aceitar em primeira instância. Se bem se recordam, a Câmara já se pronunciou sobre os mapas que nos foram encaminhados ao Município relativamente às matérias de saúde e de educação, com valores substancialmente inferiores àqueles que são a realidade dos custos nestas matérias. E portanto, ainda hoje, à data de 28 de junho, continuamos a aguardar resposta, tanto por parte do Ministério da Educação, como por parte do Ministério da Saúde, resposta àquela que foi a preocupação que nós transmitimos. E nós dissemos de forma clara que os custos mapeados não são suficientes para o Município aceitar essas competências neste momento, e portanto, estamos à espera que nos respondam. E portanto, sem pacote financeiro, que é daquilo que se está a falar atualmente, o Município não tem condições neste momento para se pronunciar favoravelmente, nestas três áreas de que estamos aqui a falar. Obrigado, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Vamos, então, passar à votação. Então, quem vota contra a proposta da Câmara em não aceitar esta transferência de competências? Quem se abstém? Então, a proposta da Câmara foi aprovada por maioria, com duas (2) abstenções, do CDS-PP.

Alguém se opõe a que seja aprovada por minuta? Então, foi aprovada também por minuta.

A Assembleia deliberou, por maioria com duas abstenções do CDS aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.3. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro - Domínio da educação;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

Quem se inscreve para intervir neste Ponto n.º 2.3? Quem é que se inscreve neste ponto? Sr. Deputado Pedro Pinto, pode usar da palavra.”

Pedro Pinto (CDS-PP):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Obrigado, Sra. Presidente. Portanto, reforçando aqui a justificação que demos no ponto anterior, e depois de ouvir as explicações do Sr. Vice-Presidente, de facto, ficamos certos de que o nosso sentido de voto aqui já não será a abstenção, porque é uma matéria de fundo, que intervém diretamente com o nosso território, aqui nós vamos votar contra. E vamos votar contra precisamente porque a boa gestão dos fundos públicos deve ser transversal à conduta de quem exerce cargos de Poder Local. Quando nós falamos nos desperdícios de dinheiro de algumas obras que se têm feito – só para referenciar algumas, CIMU-Sicó, Casa da Guarda Norte, e afins – e não estamos disponíveis – e ainda há bocadinho falámos em um milhão de euros (1.000.000€) para promover a história do Marquês de Pombal – depois não estamos disponíveis para nos substituímos ao Estado e poder dar as respostas mais próximas. E portanto, é esta não coerência que nós entendemos, e que, de facto, justifica o nosso sentido de voto. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Vice-Presidente, quer usar da palavra?”

Pedro Murinho (Vice-Presidente da Câmara Municipal):

“Sim, Sra. Presidente, obrigado.

Face à dissertação que o Sr. Deputado Pedro Pinto aqui fez, eu queria só recordar, porque já o disse há pouco, e vou voltar a repetir, o Município de Pombal não tem virado as costas à população, e por isso é que – e abro aqui um parêntesis, quem tem virado as costas ao Município de Pombal tem sido o nosso Governo, como aqui já o demonstrámos nesta sessão hoje aqui realizada – o Município de Pombal, porque a Escola C+S da Guia estava claramente ao abandono por parte do nosso Estado Central, e porque os nossos educandos são Pombalenses, e que merecem respeito, o Município teve que se substituir ao Estado Central na requalificação daquela escola. Mas, diga-se de passagem, que de um milhão, quinhentos e cinquenta mil euros (1.550.000€) que estamos a investir na C+S da Guia, dos quais oitocentos mil euros (800.000€) temos de FEDER do Centro 2020, estamos a investir do Orçamento Municipal mais de setecentos mil euros (700.000€). O Sr. Presidente já solicitou à Secretária de Estado que a componente nacional possa ser repartida por ambas as entidades, Município e Estado Central, e ainda aguardamos uma resposta por parte do nosso Governo quanto à contrapartida nacional. Ora, mas isto é um exemplo, mas se for ver o mapeamento que nos enviaram, e que trouxemos a esta Assembleia em abril passado, verificamos claramente que os custos que lá estão não são minimamente próximos daqueles que são praticados na realidade. E portanto, não nos pode agora vir pedir que possamos vir a assumir esta competência porque o Município investe mal, como aqui apresentou, em alguns exemplos que aqui fez – uma coisa não tem nada a ver com a outra.

E portanto, mantenho aquilo que disse há pouco: as ideias são boas, mas sem meios, nada podemos fazer. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Vamos, então, passar à votação do Ponto n.º 2.3. Quem é que vota contra a posição da Câmara? Dois (2) votos contra. Quem se abstém? Então, o Ponto n.º 2.3 foi aprovado por maioria, com dois (2) votos contra.

Alguém se opõe a que o mesmo seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com dois votos contra do CDS, aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.



Handwritten signature and initials in blue ink.

MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.4. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro- Domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quem se inscreve para usar da palavra neste ponto? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Queria recordar ao Sr. Vice-Presidente que não estou aqui a fazer defesa de ninguém; estou apenas a argumentar aquilo que é o nosso entendimento sobre a aplicação destas matérias que estão aqui a ser discutidas.

E também aqui não concordamos com a posição do Município, porque aqui a posição do Município é de aceitação, pretende aceitar esta delegação de competências, e uma das delegações de competências é, de facto, a promoção do território, e o argumento do Município é que elas não envolvem custos para o Município. Eu pergunto como é que o Município tem intenções de promover o território sem gastar dinheiro. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Vice-Presidente, se faz favor.”

Pedro Murtinho (Vice-Presidente da Câmara Municipal):

“Sr. Deputado, desculpe dizer-lhe as coisas nestes termos, mas parece que não fez bem o trabalho de casa, porque o que aqui nos é apresentado neste ponto, e até vou ler o título, basta ler o título: “Transferência de competências para as entidades intermunicipais”. É disto que estamos a falar. E portanto, não vou dizer mais nada, porque está tudo dito.

Eu quero aqui apenas esclarecer o seguinte: o Município já trouxe aqui estas matérias no final do ano passado. E na altura, rejeitou as competências porque não tinha ainda, na altura, por parte da Comunidade Intermunicipal, a certeza de que estas competências trariam custos diretos aos Municípios que compõem a CIM-RL. Depois de várias diligências junto da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, inclusive em várias reuniões da Comunidade onde eu próprio também estive presente, em substituição do Sr. Presidente, finalmente recebemos a indicação por parte da CIM de que as competências versadas nos quatro diplomas que temos aqui – não me estou a referir apenas a este, mas aos três que estarão a seguir – que, de momento, não trazem encargos acrescidos para a CIM-RL. Este foi ponto de ordem por parte do Município de Pombal, de querer saber se estas eram matérias que trariam custos acrescidos para o Município. Havendo esta resposta por parte da Comunidade de que não trará custos para o Município de Pombal, trazemos, então, aqui estas quatro competências para aceitação, para as entidades intermunicipais. Obrigado, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Deputado Pedro Pinto.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Vice-Presidente, agora deixou-me na dúvida se, de facto, por acaso tinha percebido mal a questão do diploma. Eu referi-me apenas a uma das medidas – elas, de facto, são várias – mas, eu continuo a achar que qualquer uma destas implementações trará custos. E portanto, quem



MUNICÍPIO DE POMBAL

acreditar no contrário poderá aceitá-las, argumentando que elas não trazem custos, e argumentando em sentido contrário, quando elas trazem custos e não se querem assumir. Portanto, o nosso sentido de voto não vai ser alterado. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado.

Então, vamos passar à votação. Quem vota contra a proposta da Câmara na transferência de competências no âmbito do turismo? Dois (2) votos contra. Quem se abstém? Então, o Ponto n.º 2.4 foi aprovado por maioria, com dois (2) votos contra.

Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.

A Assembleia deliberou, por maioria com dois votos contra do CDS, aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.5. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro -Domínio da justiça;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Passamos ao Ponto n.º 2.5. Alguém se quer inscrever neste ponto? Sr. Vice-Presidente, quer usar da palavra neste ponto? Então, vamos à votação.

O Ponto n.º 2.5, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a transferência de competências para as entidades intermunicipais – Decreto-lei n.º 101/2018, de 29 de novembro – Domínio da justiça. Quem vota contra a proposta da Câmara?

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor. Ponto n.º 2.5, pode fazer a sua intervenção.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Sra. Presidente, eu só queria perguntar se neste caso o Município está a aceitar ou não está a aceitar, porque agora com esta velocidade...”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“No Ponto n.º 2.5 está a aceitar. Esclarecido? Está a aceitar.

Ponto n.º 2.5, Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a transferência de competências para as entidades intermunicipais – Decreto-lei n.º 101/2018, de 29 de novembro – Domínio da justiça. Quem é que vota contra a proposta da Câmara? Dois (2) votos contra. Quem é que se abstém? Aprovado por maioria.”

A Assembleia deliberou, por maioria com dois votos contra do CDS, aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? O Sr. Deputado Pedro Pinto quer fazer declaração de voto? Faça favor.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“É só para dizer que o nosso sentido de voto, a justificação foi dada no ponto anterior. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Então, aprovado por maioria o Ponto n.º 2.5, com uma declaração de voto do Sr. Deputado Pedro Pinto, e por minuta também.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.6. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro - Domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém quer usar da palavra no Ponto n.º 2.6? Não querendo, Sr. Vice-Presidente, quer intervir? Então, vamos à votação do Ponto n.º 2.6. Quem vota contra a proposta da Câmara, de aceitar esta transferência de competências? Dois (2) votos contra, do CDS-PP. Quem se abstém? Então, a proposta do Ponto n.º 2.6 foi aprovada por maioria, com dois (2) votos contra.

Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também este ponto aprovado por minuta.”

A Assembleia deliberou, por maioria com dois votos contra do CDS, aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para as entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro -Domínio da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém se inscreve neste ponto? Sr. Deputado Pedro Pinto.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu peço desculpa, mas pedi novamente a palavra para reforçar novamente aquilo que é o sentido de voto do CDS. Nós não acreditamos que estas delegações de competências não envolvam custos, é por isso que votamos contra a aceitação.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Manuel António.”

Manuel Rodrigues dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, eu penso que aqui o meu colega do CDS, o Líder da Bancada do CDS, não percebeu o que é que esteve a votar até aqui. E a verdade é que a Assembleia Municipal, o que está a fazer é simplesmente uma coisa: é a não obstar, a criar dificuldades à CIM para aceitar a delegação de competências, que recebemos um documento com a ata anexa a dizer que a CIM estava disponível para aceitar as competências adstritas às entidades intermunicipais até agora publicadas, respetivamente decorrentes da publicação dos Decretos-lei n.º 99/2018, promoção turística, a justiça, fundos europeus e programas de captação de investimento e Proteção Civil.

Ou seja, eu penso que o CDS está equivocado; se defende as boas contas públicas, se defende que a Câmara deve exercer a sua atividade cumprindo o que está na Lei, o que nós estamos a fazer é simplesmente não criar problemas à CIM, e esta Assembleia Municipal, ao viabilizar que as posições que a Câmara Municipal, que os Srs. Deputados que estão aqui à nossa frente aprovaram, faz com que Pombal não crie um problema na CIM de Leiria. É só isso.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, e depois o Sr. Deputado João Antunes dos Santos.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

De facto, aquilo que eu poderei dizer a mais sobre este assunto é que aquilo que nós estamos aqui a votar – e concordo aqui com o colega Manuel António relativamente às medidas – aquilo com que não concordo é a justificação dada pelo Município para aceitar, porque é impossível. O Município de Pombal comparticipa na CIM, e seguramente que todas estas medidas trazem custos para o Município, e quem acreditar no contrário poderá, enfim, estar seguro, mas é por isso que isto é plural, e por isso é que cada um de nós tem as suas ideias.

Naturalmente que quando nós votámos com o sentido de voto como temos estado a fazer, votamo-lo porque é interpretação do CDS que desde o início da delegação de competências, queria dizer-se que o Município de Pombal sempre adotou uma perspetiva muito partidária da coisa, com a qual nós não concordamos. E foi assim nos dois primeiros diplomas, e continuará a ser assim até ao final, porque, de facto, entendemos que isto – e ainda que a Assembleia no seu todo tenha ratificado aquilo que é a vontade do Município, para nós é claro que estão aqui subjacentes alguns interesses partidários com os quais o CDS não concorda. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Antunes dos Santos, tem a palavra.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Sra. Presidente, caros colegas:

Só para clarificar aqui uma questão: há pouco, na primeira intervenção que o deputado Pedro Pinto fez, disse que o sentido de voto era no sentido em que vai ser, justificando que não acreditava que isto não trouxesse despesa para o Município. Eu acho que nós todos devemos ter aqui um papel pedagógico entre pares e entre colegas, porque, evidentemente, às vezes a documentação que vem à Assembleia é tanta que nós não temos todos a oportunidade de a estudar, e portanto, estou a intervir nesse sentido, para ajudar a clarificar o diploma que vem aqui à votação. E este diploma, em primeiro lugar, e como já foi aqui dito, e bem, é um diploma que versa sobre as competências da CIM – ou seja, não é do Município de Pombal, é uma competência que vai ser delegada na CIM, que vai ser descentralizada para a CIM. E aproveito para dizer o quão ridícula – e acho que é a palavra mais correta – se torna esta descentralização em algumas das matérias, e esta é uma delas, em que o que o Estado vem descentralizar neste caso é algo que os Municípios já faziam há muito tempo, desde sempre. Ou seja, eu acho que não há um Município neste país que não apoie as corporações de bombeiros, que não apoie financeiramente, e o Município de Pombal é, obviamente, prova disso, como todos nós reconhecemos. E acrescenta, neste caso, aqui uma competência importantíssima – obviamente que estou a ser irónico – que é a competência de decidir sobre eventuais localizações de quartéis de bombeiros, que num futuro próximo, no território nacional, não me parece que haja oportunidade, ou que haja necessidade de construir novos quartéis de bombeiros. Se calhar, o futuro até é exatamente o inverso. Ou seja, esta competência é uma competência de fachada que o Governo está a descentralizar nas CIM's, porque, efetivamente, isto já era feito até então pelos Municípios, e não vai alterar nada. Naturalmente que, e reiterando aquilo que o Manuel António há pouco disse, o Município nada mais tinha a fazer do que dar aqui a concordância àquilo que é a posição da CIM, porque a CIM assumiu, efetivamente, que tinha meios – e quando se fala em meios, também são meios humanos – para assumir estas competências, e portanto, o Município não podia obstaculizar, não podia nem devia obstaculizar àquilo que é a posição da CIM. E daí, obviamente, nós acompanharmos a posição do Município.”



Adelino

MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

Pedro Murinho (Vice-Presidente da Câmara Municipal):

“Eu quero só aqui agradecer a clarificação que os deputados Manuel António e João Antunes dos Santos aqui fizeram, porque, realmente, são muito pertinentes, muito oportunas, uma clarificação ao deputado Pedro Pinto. Não é o Município que diz que não traz encargos acrescidos; quem o diz é a Comunidade Intermunicipal, e está na proposta que aqui lhe é apresentada. É a Comunidade Intermunicipal que o diz, não há encargos acrescidos, não é o Município.

Eu quero reforçar aqui, realmente, aquilo que o deputado João Antunes dos Santos aqui fez, porque isto às vezes é um paradoxo, nós não precisamos desta descentralização para apoiar os bombeiros, como sabem; o Município de Pombal seguramente é dos Municípios que mais apoia a nossa corporação, se calhar do país. E exemplo disso – e o João, há pouco, dizia isso mesmo – felizmente ou infelizmente Pombal tem apenas uma corporação de bombeiros, com várias secções, e por ter apenas uma corporação de bombeiros, tem apenas direito, do Estado, a financiamento de apenas uma EIP. E quem é que suporta as outras? É o Município. Isto é, o Município, das três EIP's que o corpo de bombeiros de Pombal tem, o Município participa com uma e meia, e o Estado participa apenas com meia, e a corporação dos bombeiros participa com uma completa. Isto para dizer que, obviamente, não é com o processo de descentralização de competências que vai fazer com que os Municípios apoiem ou deixem de apoiar a corporação, e aqui este é um exemplo. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Vice-Presidente. Sr. Deputado, já usou da palavra duas vezes neste ponto, não pode. Vamos passar à votação do Ponto n.º 2.7. Quem vota contra a proposta da Câmara? Dois (2) votos contra. Quem se abstém? Então, a proposta da Câmara foi aprovada por maioria. Alguém se opõe a que a mesma seja aprovada por minuta? Foi também aprovada por minuta.

A Assembleia deliberou, por maioria com dois votos contra do CDS, aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.8. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais – Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril (nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e do serviço público de transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores);

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Neste ponto, quem é que se inscreve? Não havendo inscrições, Sr. Vice-Presidente, quer usar da palavra? Não. Então, a proposta da Câmara foi em não aceitar esta transferência de competências. Quem vota contra a proposta da Câmara? Quem se abstém? Então, o Ponto n.º 2.8 foi aprovado por maioria, com duas (2) abstenções.

Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também o mesmo aprovado por minuta.

A Assembleia deliberou, por maioria com duas abstenções do CDS, aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.9. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas Consolidadas do Município de Pombal - Ano económico de 2018;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Quem se inscreve para usar da palavra neste ponto? Sra. Deputada Ofélia Moleiro, já pode começar a sua intervenção.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara em exercício:

Agora que nos é apresentado o relatório de gestão e a prestação de contas de 2018, consolidados com as contas da empresa municipal PMU, é altura de fazermos uma análise, também global, consolidada, à gestão municipal de 2018.

O Orçamento de 2018 que lhe serviu de base, como já referimos aquando da sua votação, não seria certamente o nosso – refiro-me ao Pombal Humano – pois definiria uma estratégia e políticas muito diferentes da nossa parte. Não foi o nosso Orçamento, e portanto, não são as nossas contas, como é evidente. Não fazemos, evidentemente, uma análise técnica ou contabilística, dada a correção dos documentos – sob esse ponto de vista, o próprio auditor externo diz que estão corretos, e portanto, não é esse o papel da Assembleia Municipal, estar a fazer análises contabilísticas ou técnicas. Aproveito, a este propósito, para elogiar os técnicos e funcionários que contribuíram para a sua feitura.

A nossa análise é, portanto, de natureza diversa. Como noutras ocasiões, a nossa análise será de natureza política.

2018 foi o ano das obras atrasadas, suspensas, por concluir. Má gestão? Má fiscalização? Falta de acompanhamento? Não sabemos, provavelmente um pouco disto tudo. É exemplo disso algumas das obras, como aqui elenco: Centro Escolar das Meirinhas, obra iniciada em junho de 2016, com prazo de execução até fevereiro de 2017. Foi feita uma visita técnica em julho de 2018, com previsão de que abriria entre 13 e 17 de setembro de 2018. Veio a ser inaugurada apenas em janeiro de 2019, um enorme atraso. Casa Varela: o prazo de construção era até junho de 2018. Após vários pedidos de prorrogação, a obra foi resgatada pela Câmara e rescindido o contrato por incapacidade da empresa empreiteira. Não sei em que estado está neste momento, passei lá e vi a obra em execução, mas o Sr. Presidente em exercício provavelmente poderá falar. Governos – Vinagres: esteve em execução durante o ano de 2018, o prazo de conclusão era fevereiro de 2019, foi também prorrogado duas vezes por consentimento dos senhores do Executivo, o prazo ficou determinado para 28 de julho, falta um mês, está em curso. Mas, será que o prazo agora, desta vez, depois de dois atrasos, vai verificar-se? Em 2018 não foi concluída. Edifício da Loja do Cidadão / Casa Agorreta: mais uma obra com grande atraso em 2018. Também os senhores aprovaram dois pedidos de prorrogação, o segundo era até 31 de maio de 2019, o prazo de execução. Continua em obra, cheio de obras. CIMU-Sicó: foi uma obra suspensa em 2016, e passaram dois anos até receberem novo projeto. A obra esteve parada três anos, resultando daí elevados custos a pagar ao empreiteiro por imobilização de equipamento. Esta embrulhada acabou por ser resolvida com uma indemnização ao empreiteiro no valor de vinte e cinco mil euros (25.000€). E a pergunta é: qual o estado desta obra, do CIMU-Sicó? Pista de ultraleves: continua sine dia. O equipamento está por licenciar, embora tenha o projeto



MUNICÍPIO DE POMBAL

aprovado pela CCDR. Podíamos também falar no Parque Verde, no projeto Açude – Flandes, com as ciclovias e os passeios, também obras adiadas. É longa a lista.

Há ainda todo um conjunto de equipamentos extremamente degradados: o Bairro Social Margens de Arunca, o Teatro Cine, que já evidencia uma fachada a precisar de recuperação, o mini golf, muito do mobiliário urbano, e ainda há aqueles de que se deixou de falar até hoje, a Casa da Guarda Norte, que tem projeto aprovado, mas está completamente ao abandono, e a Casa Mota Pinto, que não faço ideia o que é que está planeado para lá. A pergunta é: qual o estado atual da obra da Casa Mota Pinto, e já agora, o que é que vão fazer à Casa da Guarda Norte.

No capítulo dos investimentos, perguntamos ao Sr. Presidente em exercício pelos que o Sr. Presidente Diogo Mateus prometeu captar para o concelho. Não sabemos de nada, provavelmente porque não há nada para saber, caso contrário já teria sido feita uma grande campanha de propaganda, com festa, pompa e circunstância. O certo é que nas zonas industriais não foram criadas condições para captação e fixação de indústrias. Os senhores têm-se autoelogiado por ter conseguido mais de cem mil metros quadrados de terrenos, mas não criaram um único lote industrial em um mandato e meio – ou seja, já vamos a finalizar a primeira parte do segundo mandato. Os terrenos que referem, os tais cem mil metros quadrados, afinal têm apenas contratos-promessa, tanto quanto sei, podendo-se perguntar: daqui a quantos anos é que eles se transformam em lotes industriais.

No turismo, o investimento foi irrisório, e só refiro estes dois eixos de investimento porque turismo e indústria foram consignados como a estratégia para o desenvolvimento futuro de Pombal. Agora, como houve outra conferência de estratégia, provavelmente já não são estes dois – eu não pude estar presente porque era o dia dos meus anos, e estava fora.

2018 foi também o ano da água turva fornecida aos consumidores da cidade de Pombal. Aliás, o problema ainda persiste na zona histórica, porque segundo o testemunho que ouvi de uma residente, ontem mesmo a água estava turva. Até agora não foi dada qualquer explicação aos munícipes; apenas lhes é dito que o Município tem uma boa qualidade de água, são apresentados nas faturas muitas vezes os rankings de qualificação da qualidade da água de Pombal, sempre nos máximos, sempre nos primeiros lugares do ranking, mas as pessoas ficam com máquinas de lavar loiça, de lavar roupa, estragadas. E saúde, não faz nada à saúde? Só faz às máquinas? Não sei, os médicos saberão, e os ambientalistas, com certeza. Por acaso hoje foi-me perguntado aqui pelo meu colega se esta água é da torneira, porque é muito boa esta, não a dos canos.

E portanto, foi também um ano em que a atuação da Câmara Municipal se pontuou por diferenciar – isto tem um pouco a ver com o Sr. Presidente em exercício – os cidadãos, causando desigualdades no acesso aos bens públicos. Punição para o munícipe que colocou uns ramos de eucalipto nos buracos de uma estrada municipal, naturalmente farto de pôr em risco o seu carro, e até a sua própria vida, e benesses a outros cidadãos, nomeadamente no que respeita às regras de colocação de esplanadas em espaços públicos, passeios, etc.

Por tudo isto, e o que não vou dizer porque tornaria muito extensa esta intervenção, mas que assinalámos em momentos anteriores, esta não seria a nossa gestão. Não são as nossas contas, antes as contas de um Orçamento que não foi o nosso, e assim, Sra. Presidente e Sr. Presidente em exercício, votaremos contra. Obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Joel Gomes.”

Joel Gomes (PS):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em consonância com o sentido de voto do Partido Socialista no passado mês de abril, aquando da votação das contas, nós votaremos contra, reiterando, naturalmente, toda a argumentação que foi utilizada na altura. Muito obrigado.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

Relativamente a este ponto, de facto, tenho uma pergunta para fazer, neste caso ao Sr. Vice-Presidente (na ausência do Sr. Presidente), que é uma dúvida que já surge ao CDS há algum tempo, não a colocámos no passado, mas vamos aproveitar agora para o fazer. Gostaríamos de saber até que ponto é que as contas da ADILPOM também não deveriam ser devidamente espelhadas neste relatório, porque sendo uma empresa municipal participada, parece-me que... Muito bem, então está justificado.

Em consonância com aquilo que também fizemos na última Assembleia, na aprovação, naturalmente que iremos votar de acordo com o mesmo sentido de voto. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Vice-Presidente, faça favor.”

Pedro Murtinho (Vice-Presidente da Câmara Municipal):

“Obrigado, Sra. Presidente.

Se calhar começando pelo último, o deputado Pedro Pinto, acho que acabou por ficar esclarecido: a ADILPOM não está aqui porque é uma associação de direito privado, e aquilo de que estamos a falar é a incorporação de contas de uma empresa municipal consolidada a cem por cento (100%), e neste caso, apenas temos a PMUGest.

Sobre a intervenção da Dra. Ofélia Moleiro, vamos cá ver uma coisa: em abril, tivemos cá a apreciação das contas do Município do ano de 2018. Aquilo que temos aqui hoje são as contas consolidadas do Grupo, onde temos apenas uma participação da PMUGest, em termos globais no Orçamento, de dois (2%) ou três por cento (3%). E portanto, eu entendo que da parte do Movimento haja necessidade de continuar a apontar o dedo a algumas situações que entendam como não sendo as vossas opções, e que as vossas opções seriam outras, e é compreensível, nada tenho a opor. Mas, eu, pelo menos, fiquei com a sensação de que estaríamos no período de antes da ordem do dia, ou então estaríamos na informação do Sr. Presidente. Mas, ainda assim, atrevo-me a responder-lhe a duas ou três situações, porque foram questões que me colocou, e portanto, vou responder a elas, e apenas às questões que colocou.

Relativamente à Casa Varela, não há intervenção nenhuma ainda na Casa Varela. Aquilo que provavelmente viu é uma intervenção de manutenção e limpeza da Ponte D. Maria, e provavelmente terá sido isso que viu junto à Casa Varela. A Casa Varela já tem contrato assinado com um novo empreiteiro, o empreiteiro é a SOTEOL, do nosso concelho, e neste momento estamos a aguardar pelo visto do Tribunal de Contas. Portanto, recebido o visto do Tribunal de Contas ao Município, a intervenção recomeçará. Estamos em crer que depois das Festas do Bodo se reiniciarão as obras da Casa Varela.

Relativamente à questão do CIMU-Sicó, qual é que é o estado da obra, eu não sei se me pergunta qual é que é o estado em que está o andamento da intervenção futura. Relembro que na reunião de Câmara de maio último, a Câmara deliberou também a abertura de um novo procedimento concursal para a conclusão dos trabalhos que estão em falta. Portanto, neste momento está a decorrer um concurso público, com apresentação de propostas, e estamos em crer que durante o mês de julho teremos a abertura das propostas para escolha de um novo empreiteiro e adjudicação dos trabalhos em falta.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Relativamente à Casa Mota Pinto, porque também colocou uma questão concreta, eu tive oportunidade, na última reunião de Câmara, de esclarecer, a Casa Mota Pinto era um dos projetos que estava contemplado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da nossa cidade, mas por força do não enquadramento em Plano de Ordenamento, e porque se ia enquadrar em zona de inundação, neste momento o projeto que a Câmara tem não é passível de ser executado. E portanto, neste momento a Câmara está a aguardar um estudo hidrográfico que mandou realizar para a nossa cidade, e que espera os seus resultados para perceber se depois pode concretizar a intervenção de que falou, sendo certo que compete depois também ao Município procurar perceber, em termos de conteúdos, qual é a programação que vai ter para o espaço. Portanto, não podemos estar aqui a pensar, como alguns dos Srs. Deputados aqui referem, e muito bem, não se pode pensar apenas na obra física, mas é preciso perceber depois, em termos de programação e conteúdos, o que é que teremos no espaço em concreto.

Relativamente à questão da qualidade da água, tirou-me as palavras da boca, porque aquilo que realmente eu lhe iria responder é que estamos no edifício dos Paços do Concelho, e a água que a Sra. Doutora está a beber realmente é água da torneira, e turva, eu não a vejo. E fico-me por aqui, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Vamos, então, passar à votação do Ponto n.º 2.9. Quem vota contra? Doze (12) votos contra, do Movimento Pombal Humano, Bloco de Esquerda, PS e CDS e BE. Muito bem. Quem se abstém? Então, foi aprovado por maioria.

Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Então, foi também aprovado por minuta.

A Assembleia deliberou, por maioria com doze votos contra, do Movimento Pombal Humano, Bloco de Esquerda, PS e CDS, aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.10. Apreciação do Parecer do Auditor Externo, ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, sobre as Contas Consolidadas do Município de Pombal – Ano de 2018;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Passamos ao Ponto n.º 2.10, Apreciação do parecer do auditor externo, ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sobre as contas consolidadas do Município de Pombal – Para apreciar. Faça favor.”

Manuel Barros (NMPH):

“Sobre este ponto, eu sei que é só para conhecimento, mas gostaria de apelar aqui ao espírito que alguns Srs. Deputados generosamente têm manifestado, para me ajudarem a entender este parecer, porque eu li este parecer, mas eu não vejo a conclusão aqui, não sei qual é a conclusão do parecer. Ele, realmente, tem aqui uns fundamentos, mas depois não conclui. Ou sou eu que leio mal, ou não entendo. Eu apelava à vossa ajuda para entender qual é o conteúdo, qual é a conclusão deste parecer. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Vice-Presidente, quer usar da palavra para dar algum esclarecimento que entender?”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pedro Murтинho (Vice-Presidente da Câmara Municipal):

"Sra. Presidente, o parecer, no Ponto 5, ele dá nota, e analisados os documentos referidos nos números anteriores, de que o auditor externo é de parecer de que a Assembleia Municipal poderá apreciar os documentos em apreço. E portanto, se poderá apreciar os documentos é porque estão em conformidade com a Lei. E portanto, mais do que isto, não lhe posso precisar, como calcula."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

"Obrigada. Então, como é só para apreciar, passamos à frente."

A Assembleia apreciou o documento.

Ponto 2.11. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o pedido de autorização para reforço de dotações no PPI para os anos de 2020 e 2021 e criação de novo projecto;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

"Neste ponto, alguém se inscreve? Sr. Deputado Pedro Pinto, pode fazer a sua intervenção."

Pedro Pinto (CDS-PP):

"Muito obrigado, Sra. Presidente."

Relativamente a este ponto, aquilo que nos apraz dizer é que, enfim, o reforço do PPI, de acordo com a reestruturação da estratégia que o Município voltou a delinear, depois de em dezembro ter apresentado aqui o seu projeto, merece-nos, com toda a certeza, a nossa concordância, esperando, contudo, que depois, no final do exercício, nos possa apresentar um rácio de conclusão daquilo que são as rubricas que constam do seu Orçamento um bocadinho mais elevado do que aquilo que nos apresentou da última vez. Era só isso que eu queria dizer. Muito obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

"Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Vice-Presidente, quer usar da palavra neste ponto? Faça favor."

Pedro Murтинho (Vice-Presidente da Câmara Municipal):

"Sim, Sra. Presidente."

É só para dar registo aqui de uma situação que por vezes pode passar ao lado dos Srs. Deputados, e parte destas rubricas de que estamos aqui a falar, muito se deve da conjuntura nacional também que o país atravessa atualmente, e que também não era expectável que acontecesse quando foi elaborado o nosso Orçamento, que lembro que foi em outubro do ano passado. A construção, o imobiliário está como os Srs. Deputados conhecem, há uma dificuldade tremenda já para se encontrarem empreiteiros, isto é uma realidade nua e crua, e infelizmente tem acontecido. E o que é que tem acontecido também? Tem acontecido que alguns dos nossos procedimentos têm ficado desertos. E por terem ficado desertos, nós somos obrigados, obviamente, e querendo continuar com o projeto, a aumentar a sua base, e por vezes depois ficamos com esta dificuldade, não só pelo atraso, mas também pela necessidade de aumentarmos a base, ficamos com esta necessidade de reforçar as verbas constantes nos anos seguintes. E em parte, é isto que acontece nas rubricas que aqui temos. Obrigado."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

"Muito obrigada."

Vamos, então, passar à votação do Ponto n.º 2.11. Quem vota contra? Quem se abstém? Dez (10) abstenções. Então, este ponto foi aprovado por maioria, com dez (10) abstenções."

Alguém se opõe a que o mesmo seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta."

A Assembleia deliberou, por maioria com dez abstenções, aprovar o proposto;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.12. Apresentação do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. – 4.º Trimestre de 2018 e do Relatório de Prestação de Contas 2018 - Para conhecimento;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém quer intervir neste ponto? Sra. Deputada Ofélia Moleiro, se faz favor.”

Maria Ofélia Moleiro (NMPH):

“Sra. Presidente, muito rapidamente, só para reforçar algumas das notas que já referi na Assembleia anterior, e que tem a ver com a situação que se vive na empresa PMU, que nós acompanhamos através dos nossos vereadores do Pombal Humano, e por eles sabemos e temos conhecimento de alguns factos que urge corrigir. Sabemos que o equipamento de manutenção urbana se tem apresentado de forma caótica, com muitas avarias, falha de datas de inspeção, etc., sabemos que há algum mau estar entre os funcionários, e isso deve refletir-se na atividade da empresa, que depois se reflete nos números, eu acho. Mas, eu já vou falar, então, de números, que têm a ver com a gestão. A empresa vende serviços, alguns serão, e são já, de limpeza de terrenos florestais. Mas, nós sabemos que, muitas vezes, há particulares que pedem orçamento para a limpeza dos seus terrenos, e o tempo de resposta é demasiadamente longo, não é exequível para depois ter os terrenos limpos a tempo.

Por outro lado, a empresa é muito dependente de três clientes, que é a própria Câmara Municipal e a Fenprof, pelo menos estes dois clientes. Portanto, deve exteriorizar-se, deve alargar o seu âmbito, deve alargar a sua atividade para venda dos produtos. E portanto, deve dar resposta aos cidadãos quando lhe pedem os orçamentos em tempo útil. Porém, não o pode fazer praticando ilegalidade, como já fez, e eu já aqui referi na última Assembleia, que plantou eucaliptos em área urbana de Pombal, contra as regras do PDM, com a autorização que o proprietário pediu ao ICNF e lhe foi dada, mas depois a PMU, empresa da Câmara Municipal, não pode, contra o PDM, ir cometer ilegalidades e limpar esse terreno. Portanto, tornar-se mais abrangente, mais externa, mais eficiente e com boa organização, mas sempre dentro da legalidade e cumprindo o PDM de Pombal. Muito obrigada, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Vice-Presidente, quer usar da palavra neste ponto?”

Pedro Murtinho (Vice-Presidente da Câmara Municipal):

“Sra. Presidente, só para dar aqui uma nota. Algumas das preocupações que os membros da Câmara têm prestado e solicitado também ao Sr. Presidente, o Sr. Presidente também já deu nota, em sede de Câmara – faço isto porque acabou por dizer que eram matérias que na Câmara eram abordados pelo Movimento. Só lhe dar nota de que o Sr. Presidente tem estado atento às matérias, e portanto, tem procurado junto da PMU perceber em que circunstâncias é que, realmente, essas questões que coloca possam, ou não, ocorrer.

Dar-lhe só nota, porque acho que não deixa de ser uma preocupação do Município a representação em termos de volumes de faturação que a PMU presta ao Município. Lembrá-la só que nos últimos dois anos, a PMU tem baixado a faturação dos cinquenta por cento (50%), e no caso concreto de 2018, baixou para quarenta e sete por cento (47%), em termos de representação de faturação no seu volume global. Portanto, é um bom sinal. Obviamente que aquilo que queremos é que a PMU cada vez dependa menos do Município, obviamente. Obrigado.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Obrigada, Sr. Vice-Presidente. Era só para conhecimento.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.13. Apresentação do Relatório de Execução Orçamental da PMUGest – Pombal Manutenção Urbana e Gestão, E.E.M. – 1.º Trimestre de 2019 - Para conhecimento;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém se inscreve neste ponto? Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Relativamente aqui à apresentação de resultados, eu não posso deixar de falar do Café Concerto, que está quase sempre vazio. Portanto, acho que já deu para perceber há muito tempo – pelo menos desde que eu aqui ando – que o Café Concerto precisa de outra forma de trabalhar – precisa de concerto, exatamente. Pessoalmente, até faço parte dos poucos que frequentam o Café Concerto, pelo menos uma vez por semana, quando vou malhar ao Gang da Malha, que é um movimento que desempenha um importante papel social aqui na terra, e que nem sempre é bem tratado por lá. Posso dar o exemplo, já nos queixámos da fraca iluminação, estamos lá todas as terças-feiras, e de facto, as pessoas que estão lá a trabalhar dizem que não é possível aumentar a luz, porque não depende delas. O que é certo é que semana após semana temos muita falta de iluminação. Já pensámos até passar a tricotar à entrada, cá em baixo, que a luz é muito melhor. Outro exemplo: mesmo sabendo que à terça-feira se reúne lá o Gang da Malha, o Café Concerto já foi ocupado por grupos de estrangeiros alojados numa unidade hoteleira da cidade, e ofereceu-lhes bailes populares, como aconteceu recentemente. Não podemos querer voltar aos tempos do regabofe da Pombal Viva, mas é preciso repensar aquele espaço com seriedade, porque tem muitas coisas boas que podemos desenvolver.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.14. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Alteração à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal com vista à sua adequação ao Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Neste ponto, alguém se inscreve? Não havendo inscrições, o Sr. Vice-Presidente quer fazer alguma intervenção neste Ponto n.º 2.14?”

Pedro Murinho (Vice-Presidente da Câmara Municipal):

“Sra. Presidente, dar só nota de que este é um trabalho que, no fundo, tenta dar continuidade àquele trabalho que já temos vindo a apresentar aqui na Assembleia Municipal, nomeadamente com a criação de várias ARU's no nosso concelho. A primeira foi na cidade de Pombal – se bem se recordam, no ano passado, aprovámos aqui as áreas de regeneração urbana de Abiul, da Redinha, do Lourçal, de Albergaria dos Doze e da Guia, e esta é mais uma que criamos, neste caso concreto numa área muito desqualificada da nossa cidade... Peço desculpa, eu estava a ler aqui este documento, peço imensa desculpa. Não, do PDM, Sra. Presidente, penso que não tenho nada a dizer. Peço desculpa.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Então, vamos à votação do Ponto n.º 2.14. Quem vota contra? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.14 foi aprovado por unanimidade.

Alguém se opõe a que o mesmo seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.15. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Seixo e Emporão da Cidade de Pombal;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Inscrições para este ponto? Sra. Deputada Elisabete Alves, tem a palavra.”

Elisabete Alves (PS):

“Muito obrigada, Sra. Presidente.

Esta Bancada concorda e aplaude esta proposta de delimitação da área do Seixo e Emporão, porque já aquando da discussão do projeto da operação da ARU da zona central da cidade propusemos a extensão da ARU a essa zona. E já antes esta Bancada, mesmo em mandatos anteriores, defendia repetidamente a requalificação daquela zona, por razões de segurança e de regeneração, atenta a enorme desqualificação que se verifica há largos anos a esta parte, com prejuízo de moradores, empresas e proprietários dos imóveis da zona, e por quem ali passa. Ficaremos, por isso, muito atentos à operação de reabilitação, e esperamos que haja uma reformulação muito cuidada das opções estratégicas, com vista a garantir a continuidade territorial, a mobilidade, a segurança e a consolidação urbana.

Aproveito ainda este ponto, embora não tenha a ver, para dizer, relativamente à situação – porque nos parece importante também clarificar, e para haver informação às pessoas – que a situação colocada há pouco pelo Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira, relativamente à médica que irá sair de lá, que isso poderá já estar ultrapassado, uma vez que já saíram as colocações nacionais de médicos, e Almagreira já terá uma médica colocada, que virá já em julho. Portanto, as colocações saíram a 17 de junho. É só, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Vice-Presidente, quer usar da palavra neste ponto?”

Pedro Murtinho (Vice-Presidente da Câmara Municipal):

“Obrigado, Sra. Presidente.

Mais uma vez me penitencio pelo lapso de há pouco, mas estava aqui com a documentação trocada, e foi isso que me levou ao lapso temporal.

Eu corroboro as palavras da Sra. Deputada Elisabete Alves, que, no fundo, é aquilo que, realmente, procura a criação desta delimitação de área de regeneração urbana na zona do Seixo. É uma zona altamente desclassificada e que precisa de uma intervenção urgente, não só ao nível do edificado, mas principalmente ao nível do espaço público, e aqui também a criar condições para que o particular procure estes incentivos financeiros que temos, ao nível da isenção de taxas, isenções fiscais, mas também a possibilidade de poderem ter acesso a um instrumento financeiro, ao IFRRU. Portanto, é mais um passo que damos na qualificação da nossa cidade. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE POMBAL

"Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente. Vamos passar à votação. Quem vota contra o Ponto n.º 2.15? Quem se abstém? Foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta.

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

"Sr. Deputado Pedro Pimpão, faça favor."

Pedro Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Pombal, PPD/PSD):

"Sra. Presidente, era só para fazer uma declaração de voto, no sentido de destacar aquilo que foi dito pelo Sr. Vice-Presidente e pelos colegas que intervieram neste ponto, salientando precisamente esse impacto positivo na requalificação urbana da cidade de Pombal, e que este passo, tal como disse o Sr. Vice-Presidente, é um caminho para a requalificação de uma zona, que é uma zona também prestigiante para a nossa cidade, que está a crescer a olhos vistos há várias décadas, e naturalmente que sendo este um passo importante, queria salientar a importância, realmente, de requalificarmos também esta zona da cidade. E era esse voto de congratulação que eu, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Pombal, queria aqui deixar nesta sessão."

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

"Muito obrigada, Sr. Deputado."

Ponto 2.16. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre o Pedido de declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal para a execução de uma Central Fotovoltaica a localizar em Alhais, freguesia de Carriço;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

"Alguém se inscreve neste ponto? Sr. Deputado Pedro Pinto."

Pedro Pinto (CDS-PP):

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Este ponto em concreto carece-nos aqui de algumas explicações, nomeadamente naquilo que é o nosso ponto de vista, naquilo que é a declaração de interesse municipal. Já levantámos essa questão na última Assembleia, relativamente à agropecuária que aqui foi trazida, e portanto, gostaria de saber, efetivamente – enfim, parece que isto agora é prática comum, sempre que há dúvidas por parte do Executivo em aprovar alguma coisa que seja mais sensível, traz aqui à Assembleia e pede para nós declararmos o interesse municipal. Parece-me que isto vem instruído com pouca informação, não sei se isto não deveria vir aqui instruído com alguns pareceres, nomeadamente de entidades ambientais. Parece-me que há aqui uma entidade da qual não existe relatório, pelo menos não nos chegou, que é do Presidente de Junta da área afetada, talvez fosse interessante percebermos qual é que é o seu entendimento para a instalação desta área para o negócio em que nós estamos aqui a declarar interesse municipal. Parece-nos uma área extremamente extensa, a delimitação oferece-me aqui algumas dúvidas, perceber se os terrenos já estão comprados, se vão ser alugados, se vai haver um direito de superfície, se vai haver o que quer que seja, mas, enfim, também não consegui perceber. Parece-me que atinge uma área florestal também de grande dimensão, existe aqui um abate de imensas árvores. Sabemos que o Concelho de Pombal é rico na mancha florestal, que isso representa muito na economia familiar.



Handwritten signature and initials in blue ink.

MUNICÍPIO DE POMBAL

E portanto, eram estas dúvidas todas que eu gostaria que o Sr. Vice-Presidente esclarecesse, para já. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Manuel Barros, se faz favor.”

Manuel Barros (NMPH):

“Eu já aqui anteriormente me manifestei relativamente à questão da declaração de interesse público municipal, e penso que continuamos com algum défice de sustentação destas propostas. Ficamos com dúvidas – aliás, a informação levanta até dúvidas muito pertinentes, designadamente isto está numa área ardida, e penso que vai chocar com outras condicionantes. Mas, há mais outras condicionantes.

Ora, naturalmente que eu não quero, pela minha parte, inviabilizar que um investimento desses possa deixar de se realizar, porque poderá ter grandes vantagens para o nosso Município, mas não podemos fazer isto a todo o custo. Eu também concordo com aquela sugestão do Sr. Deputado Pedro Pinto, no sentido de que estas propostas deveriam vir mais sustentadas, e inclusive, logo à cabeça, com pareceres dos serviços competentes em razão das matérias, para ajudar a Assembleia a esclarecer-se e a ficarmos com menos dúvidas, e deixarmos de ficar com o peso na consciência de que estamos aqui a inviabilizar isto, mas por quê, por questões formais – aliás, eu até já fui aqui bastante acusado de formalista e de burocrata, embora isso, às vezes, para mim seja um elogio. Mas, de qualquer forma, eu acompanho esta observação, não inviabilizando, em todo o caso, que se avance, visto que fico também consciente de que outras instâncias terão que se pronunciar para a aprovação final disto. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Vice-Presidente, se faz favor.”

Pedro Murinho (Vice-Presidente da Câmara Municipal):

“Obrigado, Sra. Presidente.

Vamos aqui esclarecer primeiro uma questão em que pode haver aqui alguma confusão. Este caso que nos é trazido aqui nada tem a ver com o Regime Extraordinário de Regulação de Atividades Económicas, com o Sr. Deputado há pouco procurou fazer referência à questão do interesse municipal que aqui foi trazido na última Assembleia Municipal. São coisas completamente distintas. Há um investimento, há um promotor que pretende fazer um investimento no nosso Município, investimento esse na ordem dos quinze milhões de euros (15.000.000€), para uma capacidade de injeção de 40 MW, através de painéis fotovoltaicos, numa zona – se conseguem situar, na zona dos Alhais, em sentido oeste, numa zona que já é despovoada de mancha florestal. E estando aquele espaço em proteção ambiental, nomeadamente em REN – Reserva Ecológica Nacional, o requerente precisa do devido enquadramento, em sede de comunicação prévia, do devido enquadramento no regime jurídico da REN. E segundo indicações da CCDR ao promotor, essa comunicação prévia precisa, no processo de instrução, de um parecer da Assembleia Municipal, de interesse municipal ao projeto. E portanto, é disto apenas que estamos a falar, sendo certo que a entidade promotora não ficará de qualquer forma isenta de dar cumprimento às disposições legais e aos instrumentos de gestão do território, que fique bem claro. Volto a repetir: por estar aquele espaço em Reserva Ecológica Nacional, nomeadamente na tipologia duna e área de máxima infiltração, a CCDR obriga a que este processo seja instruído em sede de comunicação prévia, por um parecer da Assembleia Municipal, neste caso de reconhecimento de interesse público municipal. Julgo eu que a informação que aqui é reportada na informação que vos é prestada, julgo que, na minha modesta opinião – e também faço esta explicação que acabei de dar, porque são processos completamente diferentes – julgo que são suficientes para a apreciação dos Srs. Deputados. Obrigado.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente. Sr. Deputado Manuel Barros.”

Manuel Barros (NMPH):

“Sr. Vice-Presidente, eu sei que são matérias diferentes, eu também abordei essa questão, geralmente a declaração de interesse público municipal, para efeitos de legalização daquelas situações, tem um regime próprio diferente deste. Agora, quando eu digo que aqui também tem alguma sustentação deficitária, por exemplo, aqui para se sustentar a existência do interesse público municipal fala-se no investimento – que, realmente, é considerável – nos postos de trabalho que isso poderá trazer, e os efeitos macroeconómicos disso, naturalmente, na região. Mas, e garantias? E se o investimento não se fizer no pressuposto em que nós estamos a aprovar? E se os postos de trabalho não surgirem no pressuposto que estamos a aprovar? Que garantias temos de reversão da situação? Ou isto depois é um facto consumado, e uma vez mais o interesse público é ludibriado? É tudo isto que, a meu ver, devia ter um conjunto de bases sobre as quais assentaria a nossa declaração, e sob pena de reversão de situação, com as devidas consequências em caso de incumprimento. É isso que eu não vejo aqui retratado, não sei se me faço entender. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto.”

Pedro Pinto (CDS-PP):

“Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Sr. Vice-Presidente não me respondeu às perguntas relativamente à posse dos terrenos, não me respondeu à minha pergunta sobre a opinião que o Sr. Presidente – de alguma forma, penso que o Município o terá ouvido sobre esta matéria, e por que é que não vem aqui instruído o processo dessa mesma situação. Naturalmente, corroboro as palavras do Sr. Manuel Barros, no que consta ao investimento em si, tudo o que for investimento e desenvolver a economia de Pombal é bem-vindo. No entanto, subsistem aqui, e repito, algumas dúvidas: a proximidade com a Praia do Osso da Baleia, o impacto visual que vai ter no ambiente. E portanto, continuo a achar que o processo vem pouco instruído para que o Município delegue a responsabilidade à Assembleia para podermos aprovar isto em consciência, apenas suportados na lógica da economia, que nós em particular defendemos. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Deputado. Sra. Deputada Elisabete Alves, e depois a Sra. Deputada Célia Cavalheiro.”

Elisabete Alves:

“Muito obrigada, Sra. Presidente. A Bancada do Partido Socialista irá viabilizar esta proposta, no pressuposto de que seguirá as regras legais aplicáveis, esta situação deste investimento, que criará postos de trabalho no concelho, que não trará prejuízos para o concelho em diversos níveis, nomeadamente ambientais. Sempre defendemos que deverá haver investimento no concelho para desenvolver a economia do concelho. Contudo, também sugeríamos que quando estas propostas viessem, viessem, efetivamente, mais fundamentadas, porque corroboramos aqui o que já foi dito anteriormente por outros colegas, de que, realmente, a informação é parca, e deveria vir mais fundamentada, inclusive com pareceres. Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sra. Deputada Célia Cavalheiro, se faz favor.”

Célia Cavalheiro (BE):

“Não é mais do que reforçar o que disseram os meus colegas, os três que falaram, porque, de facto, nem sabemos que consequências é que haverão, e estamos a dizer “sim”, é quase um tiro



MUNICÍPIO DE POMBAL

no escuro. O processo podia estar muito melhor instruído, já dissemos isso três ou quatro vezes, em situações ligeiramente diferentes, mas, se calhar, não se coloca aqui o que é mais importante para nós sabermos avaliar em consciência plena.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sra. Deputada. Sr. Vice-Presidente.”

Pedro Murtinho (Vice-Presidente da Câmara Municipal):

“Sim, Sra. Presidente, até porque foram colocadas algumas questões.

Sr. Deputado Pedro Pinto, isto é uma intenção de um promotor. Obviamente que eu não tenho aqui informação para lhe dar, se o promotor já adquiriu, ou não, os terrenos. Calculo que não. Portanto, essa é uma questão que o Município não tem na sua posse, nem tem que ter. Obviamente que o promotor, quando vai construir, ou quando vai fazer este investimento, tem que ter a certeza se o pode fazer ali, ou não. Portanto, será prematuro fazer uma pergunta se o Município tem conhecimento se já estão na posse do promotor os terrenos, ou não. À partida, não, porque o promotor tem que ter a certeza de que ali pode executar aquele investimento.

Depois, temos que nos questionar se queremos ou não queremos investimento para o nosso concelho. Estamos perante um grupo, uma entidade, seja ela qual for, um grupo imobiliário, financeiro, seja o que for, que pretende fazer um investimento no Concelho de Pombal, de quinze milhões de euros (15.000.000€). E para o fazer, tem um problema: é que o local onde ele está, está em Reserva Ecológica Nacional. E portanto, para dar seguimento futuro ao processo de licenciamento, ele primeiro tem as tais questões ambientais, que aqui se falou, que têm que ser dirimidas, e elas serão descortinadas e dirimidas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Portanto, é essa entidade que irá avaliar se, em termos ambientais, o projeto tem ou não tem condições para avançar. Quando o processo vier à Câmara para licenciamento, obviamente que ele já terá os respetivos pareceres, favoráveis ou desfavoráveis, para poder dar seguimento. Portanto, este é o processo natural da coisa.

Agora, por estar em Reserva Ecológica Nacional, a comunicação prévia, neste caso concreto, à CCDR só é possível com uma declaração de reconhecimento de interesse municipal; caso contrário, o projeto cai já, não virá. Obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Vamos passar à votação do Ponto n.º 2.16. Quem vota contra? Quem se abstém? O Ponto n.º 2.16 foi aprovado por maioria, com uma (1) abstenção. Alguém se opõe a que seja aprovado por minuta? Foi também aprovado por minuta. Passamos para o último ponto da ordem de trabalhos, A Assembleia deliberou, por maioria com uma abstenção do Bloco de Esquerda, aprovar o proposto;

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.17. Listagem de Apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Alguém se quer inscrever neste ponto? Sr. Vice-Presidente, quer usar da palavra neste ponto?”

Pedro Murtinho (Vice-Presidente da Câmara Municipal):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Só se houver alguma questão, Sra. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Ninguém quer questionar.

A Assembleia tomou conhecimento.

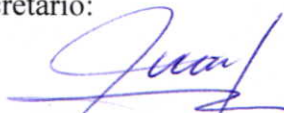
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

Então, chegados aqui, dou por terminada esta reunião. Agradeço a vossa paciência, a vossa colaboração, a vossa presença e o vosso empenho. Até setembro.”

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu por finalizados os trabalhos, eram dezanove horas e quinze minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu Manuel Sobreiro Ferreira (1.º secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

A Presidente: 

O 1.º Secretário:



A 2.ª Secretária:

